

CIDADANIA E CONTROLE SOCIAL DAS CONTAS PÚBLICAS

1



6° ao 9° ano do Ensino Fundamental

CIDADANIA E CONTROLE SOCIAL DAS CONTAS PÚBLICAS

6º ao 9º ano do Ensino Fundamental

1



Brasília, 2026

Copyright © 2026

Este material didático é fruto de um protocolo de intenções firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE Ceará) e o Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (COMSEFAZ).

Ficha catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Ministro Raimundo Girão

C568 Cidadania e controle social das contas públicas : 6° ao 9° ano do ensino fundamental, volume 1. / Tribunal de Contas do Estado do Ceará, Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal. - 1 ed. - Fortaleza: Edições IPC, 2026.

97 p. : il.

ISBN: 978-65-85874-19-9 (Digital).

1. Educação. 2. Controle Social. 3. Escola. 4. Ensino Fundamental. I. Tribunal de Contas do Estado do Ceará. II. Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação III. Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal. IV. Instituto Rui Barbosa. V. Título. CDU.:37:342.7

Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário: Josimar Batista dos Santos .- CRB-3/1455

Expediente

Governo Federal

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro de Estado da Educação

Leonardo Osvaldo Barchini Rosa

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Presidenta do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro
Pacobahyba

Chefe de Gabinete

Sylvia Cristina Toledo Gouveia

Assessora Especial da Presidência

Juliana Isabelli Miguel Coelho
Chefe da Assessoria de Comunicação Social
Anne Karine Bandeira Almeida

Tribunal de Contas do Estado do Ceará

Conselheiro Presidente

Rholden Botelho de Queiroz

Conselheiro Vice-Presidente

José Valdomiro Távora de Castro Júnior

Conselheiro Corregedor

Edilberto Carlos Pontes Lima

Conselheira Ouvidora

Patrícia Lúcia Mendes Saboya

Conselheiros

Soraia Thomaz Dias Victor
Ernesto Saboia de Figueiredo Júnior
Onélia Maria Moreira Leite de Santana

Conselheiros Substitutos

Itacir Todero

Paulo César de Souza

David Santos Matos

Fernando Antônio Costa Lima Uchôa Júnior

Manassés Pedrosa Cavalcante

Ministério Público junto ao TCE Ceará

José Aécio Vasconcelos Filho (Procurador-Geral)

Gleydson Antônio Pinheiro Alexandre

Eduardo de Sousa Lemos

Leilyanne Brandão Feitosa

Júlio César Rola Saraiva

Cláudia Patrícia Rodrigues Alves Cristino

Instituto Escola Superior de Contas e Gestão Pública Ministro Plácido Castelo

Diretor-Presidente

Conselheiro Ernesto Saboia de Figueiredo Júnior

Presidente do Conselho Consultivo Pedagógico

Conselheira Patrícia Lúcia Mendes Saboya

Diretora-Geral

Marília Marinho de Andrade Oliveira

Coordenadora de Educação Continuada, Extensão e Pós-Graduação

Cristiane Buhamra Abreu

Gerente de Planejamento e Execução de Soluções de Aprendizagem

Pedro Henrique Alves Camelo

Gerente de Avaliação e Resultados de Soluções de Aprendizagem

Hanuzia Pereira Ferreira

Coordenador de Pesquisa, Inovação de Gestão da Informação

José Iran Batista de Melo Filho
Gerente de Pesquisa e Inovação
Larissa Victor Mota

Gerente de Gestão da Informação
Josimar Batista dos Santos

Coordenadora de Gestão, Infraestrutura e Logística
Fabiola Pinheiro Donsouzis Cruz

Gerente de Infraestrutura e Logística
Fabrício Bezerra Santos

Gerente de Instrução Processual
Paulo Alcântara Saraiva Leão

Assessores Administrativos
Carmen Cinira Correia Martins
Júlia Maria Pinheiro Pessoa
Raylena Pontes Cruz

Servidores
Márcio Bernardine Xavier
Marise Magalhães Bizarria Lopes
Vânia Maria Xavier Holanda
Virgílio Freire do Nascimento Filho

Concepção do projeto e articulação com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Coordenadora de Educação Continuada, Extensão e Pós-Graduação do IPC (2022-2026)
Eloísa Maria Vidal

Diretor-Geral (2022-2026)
Luis Eduardo de Menezes Lima

Gabinete da Presidência - TCE Ceará
Simone Coêlho Aguiar

Comsefaz Gestão 2025/2027

Presidente
Secretário de Estado da Fazenda de Mato Grosso do Sul
Flávio César de Oliveira

1º Vice-Presidente
Secretário de Estado de Finanças de Rondônia
Luis Fernando Pereira da Silva

2º Vice-Presidente
Secretário de Estado da Fazenda do Ceará
Fabrício Gomes Santos

3º Vice-Presidente
Secretário de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Luiz Cláudio Gomes

4º Vice-Presidente
Secretário de Estado da Fazenda do Paraná
Norberto Anacleto Ortigara

5º Vice-Presidente
Secretário de Economia do Estado de Goiás
Francisco Sérvulo

Diretor Institucional
André Horta Melo

Secretário de Estado da Fazenda do Acre
José Amarísio Freitas de Souza

Secretária de Estado da Fazenda de Alagoas
Renata dos Santos

Secretário de Estado da Fazenda do Amapá
Jesus de Nazaré de Almeida Vidal

Secretário de Estado da Fazenda do Amazonas
Alex Del Giglio

Secretário de Estado da Fazenda da Bahia
Manoel Vítório da Silva Filho

Secretário de Estado da Fazenda do Ceará
Fabrício Gomes Santos

Secretário de Economia do Distrito Federal
Daniel Izaías de Carvalho

Secretário de Estado da Fazenda do Espírito Santo
Benício Costa

Secretário de Economia do Estado de Goiás
Francisco Sérvulo Freire Nogueira

Secretário de Estado da Fazenda do Maranhão
Marcellus Ribeiro Alves

Secretário de Estado da Fazenda de Mato Grosso
Rogério Luiz Gallo

Secretário de Estado da Fazenda de Mato Grosso do Sul

Flávio César Mendes de Oliveira

Secretário de Estado da Fazenda de Minas Gerais

Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes

Secretário de Estado da Fazenda do Pará

René de Oliveira e Sousa Júnior

Secretário de Estado da Fazenda da Paraíba

Marialvo Laureano dos Santos Filho

Secretário de Estado da Fazenda do Paraná

Norberto Anacleto Ortigara

Secretário de Estado da Fazenda de Pernambuco

Flávio Martins Sodré da Mota

Secretário de Estado da Fazenda do Piauí

Emílio Joaquim de Oliveira Júnior

Secretário de Estado da Fazenda do Rio de Janeiro

Juliano Pasqual

Secretário de Estado da Fazenda do Rio Grande do Norte

Carlos Eduardo Xavier

Secretária de Estado da Fazenda do Rio Grande do Sul

Pricilla Maria Santana

Secretário de Estado de Finanças de Rondônia

Luis Fernando Pereira da Silva

Secretário de Estado da Fazenda de Roraima

Manoel Sueide Freitas

Secretário de Estado da Fazenda de Santa Catarina

Cleverson Siewert

Secretário de Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Samuel Yoshiaki Oliveira Kinoshita

Secretária de Estado da Fazenda de Sergipe

Sarah Tarsila Araújo Andreozzi

Secretário de Estado da Fazenda do Tocantins

Donizeth Aparecido Silva

Agradecimentos

Gabinete Presidência - TCE Ceará

Meiry Mesquita Monte

Gabinete Presidência - TCE Ceará

Moisés de Sousa Oliveira - Gabinete

Coordenador Geral do GT66 - Educação Fiscal

Cícero Roberto de Melo - (SEEC/DF)

Secretário Executivo do GT66 - Educação Fiscal

Vinícius de Queiroz Castanheira - (SEF/MG)

Secretária Executiva Adjunta do GT66 - Educação Fiscal

Clarissa Cavalcante Barroso (SEFAZ/CE)

Ficha Técnica

Consultoria Técnico Pedagógica

Caroline Falco Fernandes Valpassos (FNDE)

Dyovanna Depolo de Souza Pinto (FNDE)

Revisão ortográfica

LCR Serviços Cinematográficos Ltda.

Coordenação Editorial

Carla Honorato

Revisão de Arquivo

Carla Honorato

Eliana Oubiña

Maria Paula Ferreira

Projeto gráfico e diagramação

João Victor Dourado

Henrique Rehem Eça

Ilustrações

Lilian Pimentel

Maria Clara Cajaíba

Marcele Rebeca Araújo

Apresentação

É uma honra compartilhar com cada um de vocês a essência deste projeto, que nasce da convicção de que a educação é um instrumento central para o fortalecimento da cidadania e da democracia. Ao tratar do papel social do tributo, esta iniciativa contribui para que estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio compreendam que os recursos públicos, oriundos da contribuição de toda a sociedade, são fundamentais para a garantia de direitos, a promoção da equidade e o desenvolvimento sustentável do país. Os livros “Cidadania e Controle Social das Contas Públicas” e “Cidadania e Educação Fiscal” foram concebidos para estimular a consciência crítica, o senso de corresponsabilidade e a participação social desde a escola, formando cidadãos capazes de acompanhar, fiscalizar e valorizar a boa gestão dos recursos públicos. Investir em educação fiscal é investir em uma cultura de transparência, ética e compromisso coletivo, fortalecendo não apenas nossos estudantes, mas toda a sociedade, com impactos que ultrapassam os limites da sala de aula.

Fernanda Pacobahyba

Presidenta do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

É com entusiasmo que apresento este material didático, fruto de uma parceria estratégica entre FNDE, TCE Ceará e Comsefaz para o fortalecimento da nossa democracia. No Tribunal de Contas do Estado do Ceará, acreditamos que o controle externo transcende a fiscalização técnica: ele se consolida, de fato, quando caminha ao lado do controle social. Estes livros convidam os jovens a se tornarem cidadãos ativos no exercício do controle social das contas públicas. É essencial compreender que o dinheiro público, oriundo do esforço de cada um de nós, deve ser aplicado com ética e eficiência para gerar bem-estar social e, assim, melhorar vidas. Ao desvendar o orçamento e os mecanismos de transparência e de controle, apoiamos a formação de futuras gerações aptas a acompanhar e cobrar resultados efetivos, transformando a realidade ao seu redor. Nosso compromisso é cultivar uma cultura em que a participação popular seja o vetor do controle social, inspirando cada estudante a ser protagonista na construção de um futuro mais justo e transparente.

Rholden Queiroz

Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

É com muita alegria que o Comsefaz apresenta aos estudantes de todo o país os livros “Cidadania e Educação Fiscal” e “Cidadania e Controle Social das Contas Públicas”, fruto de uma parceria de sucesso com o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação e com o Tribunal de Contas do Estado do Ceará. As obras nascem da premissa de que, enquanto a educação é pilar da vida em sociedade, a educação fiscal é eixo fundamental para o exercício da cidadania. O objetivo é desmistificar a ideia de que o Estado é uma entidade distante da população e demonstrar que o tributo pago pelo cidadão é, na verdade, recurso coletivo, que deve retornar para todos na forma de serviços públicos eficientes, bem-estar social e dignidade humana. Os leitores não apenas percorrem os caminhos que o dinheiro público trilha, mas também se conscientizam sobre as formas e as ferramentas disponíveis para fiscalizar o bom uso dos recursos. Com a apropriação do conteúdo aqui presente, o exercício da cidadania se manifesta em atitudes socialmente conscientes, éticas e participativas, promovendo maior engajamento e solidariedade fiscal e social.

Flávio César Mendes de Oliveira

Presidente do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda – Comsefaz.

Sumário

Tema 1 - “Tenho Voz! Tenho Vez!” - Crianças e adolescentes são cidadãos

Introdução	16
1.1 O que é ser um cidadão desde a infância?	17
1.1.1 Conceito de cidadania na infância e adolescência	18
1.1.2 Diferença entre ter direitos e exercê-los	19
1.1.3 Cidadania no dia a dia: escola, comunidade, redes	19
1.2 O que diz o Estatuto da Criança e do Adolescente?	21
1.2.1 História e importância do Estatuto da Criança e do Adolescente	22
1.2.2 Direitos fundamentais garantidos pelo ECA	23
1.2.3 Deveres também fazem parte da cidadania	25
1.3 O que é cidadania garantida por lei?	27
1.3.1 Conceito de cidadania legal e cidadania real	27
1.3.2 A Constituição como pacto de direitos	29
1.3.3 A sociedade na garantia de proteção especial à infância	29
Conclusão do Tema 1	32
Mão na Massa (Atividade final do Tema 1)	33
Avaliando o meu conhecimento...	34
Referências	35

Tema 2 - Direito não é favor: a força das políticas públicas

Introdução	38
2.1 Políticas públicas na nossa vida	39

2.1.1	O que são as políticas públicas e por que precisamos delas?	39
2.1.2	Quem oferece? Como acessar?	41
2.1.3	Minha escola como política pública	43
2.2	Quando os direitos não chegam...	45
2.2.1	Quem pode ajudar? A rede de proteção	45
2.2.2	Você também pode agir! Participação ativa para exigir cumprimento de direitos	47
	Conclusão do Tema 2	48
	Mão na Massa (Atividade final do Tema 2)	49
	Avaliando o meu conhecimento...	50
	Referências	51

Tema 3 - Recursos para garantir as políticas públicas

	Introdução	54
3.1	De onde vem o dinheiro do governo?	55
3.1.1	O que são tributos?	55
3.1.2	Quem paga? Por que pagamos?	56
3.1.3	Arrecadações: municipal / estadual / federal	57
3.2	Quem cuida do dinheiro público?	58
3.3	Como o dinheiro se transforma em política pública?	60
	Conclusão do Tema 3	62
	Mão na Massa (Atividade final do Tema 3)	63
	Avaliando o meu conhecimento	64
	Referências	65

Tema 4 - Participação Cidadã e Democracia – Fazer parte faz a diferença

Introdução _____	68
4.1 O orçamento da minha escola _____	69
4.1.1 O que é orçamento participativo? _____	69
4.1.2 Como é o orçamento da escola? _____	70
4.1.3 Posso participar da conversa? _____	71
4.2. O que é democracia? _____	72
4.2.1 Democracia direta, representativa e participativa _____	74
4.2.2 O papel das instituições e das pessoas _____	75
Conclusão do Tema 4 _____	76
Mão na Massa (Atividade final do Tema 4) _____	77
Avaliando o meu conhecimento _____	78
Referências _____	79

Tema 5 - Nós podemos melhorar a nossa escola? A escola que a gente quer

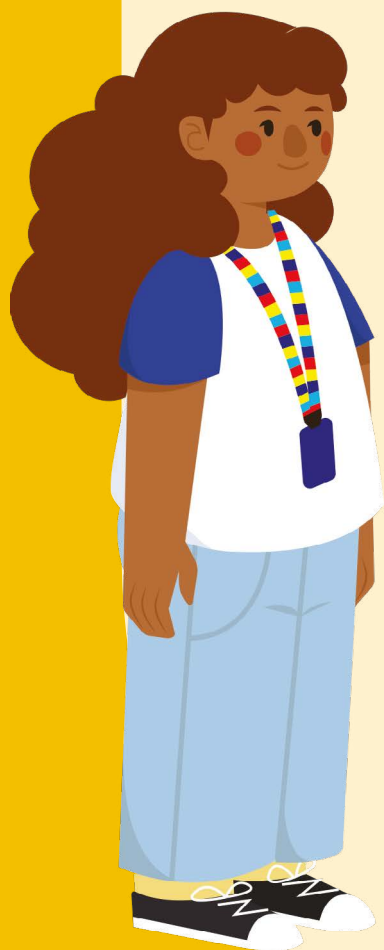
Introdução _____	82
5.1 Participação cidadã na prática _____	83
5.1.1 Como você pode ter uma opinião e ser ouvido? _____	83
5.2 A escola como espaço coletivo _____	84
5.2.1 O que torna uma escola acolhedora e democrática? _____	85
5.3 A escola como espaço democrático _____	86
5.3.1 Como participar de forma responsável? Minha ideia pode virar ação? _	86
Conclusão do Tema 5 _____	87
Mão na Massa (Atividade final do Tema 5) _____	88
Avaliando o meu conhecimento _____	89
Referências _____	90

PROJETO FINAL _____	92
----------------------------	----

TEMA

1

“Tenho Voz!
Tenho Vez!”
- Crianças e
adolescentes
são cidadãos



Objetivo do Tema 1:

Reconhecer-se como sujeito de direitos, exercendo cidadania ativa (deveres e direitos) desde a infância, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e nos princípios democráticos.

Competências e habilidades BNCC:

CG1 – Utilizar conhecimentos para entender a realidade.

CG5 – Exercitar a cidadania com ética e respeito.

EF07HI03 – Compreender a noção de cidadania e os direitos das crianças e adolescentes.

EF08HI06 – Reconhecer o ECA como instrumento legal de proteção à infância.

Organização do Tema 1:

1.1 O que é ser um cidadão desde a infância?

1.1.1 Conceito de cidadania na infância e adolescência.

1.1.2 Diferença entre ter direitos e exercê-los.

1.1.3 Cidadania no dia a dia: escola, comunidade, redes.

1.2 O que diz o ECA?

1.2.1 História e importância do Estatuto da Criança e do Adolescente.

1.2.2 Direitos fundamentais garantidos pelo ECA.

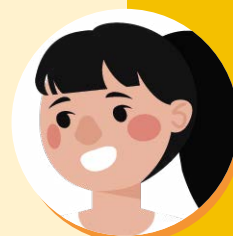
1.2.3 Deveres também fazem parte da cidadania.

1.3 O que é cidadania garantida por lei?

1.3.1 Conceito de cidadania legal e cidadania real.

1.3.2 A Constituição como pacto de direitos.

1.3.3 A sociedade na garantia de proteção especial à infância.



Introdução

Você está ciente de que crianças e adolescentes são cidadãos? Mas o que isso significa? A cidadania não é uma palavra usada apenas para os adultos. Desde que nascemos temos direitos assegurados, como estudar, brincar e sermos bem cuidados. Você sabe quais? Temos também que assumir uma série de compromissos ligados ao ambiente e a sociedade a que pertencemos: respeito, cuidado, com você e com os outros, e colaboração na escola e na vida coletiva.

Há uma lei muito conhecida e importante quando se fala nos direitos das crianças e dos adolescentes: é o **Estatuto da Criança e do Adolescente**, o ECA. Esta lei foi aprovada, em 1990, para garantir que todas as crianças e adolescentes menores de 18 anos tenham a oportunidade de crescer com segurança e respeito. O ECA também mostra que é nosso dever: defender os direitos que temos e denunciar a privação dessas garantias, assim como podemos colaborar para produzir mudanças positivas na situação atual. E se, mesmo quando crianças, sentarmos e discutirmos cidadania?

Então, ser cidadão não é apenas uma questão de idade: é sobre saber quais direitos você tem na teoria e na prática, assumindo responsabilidades com ação concreta. Porque o Estatuto da Criança e do Adolescente garante que você pode e deve participar, expressar sua opinião e ser ouvido sobre o que tem a ver com seu presente e futuro. Isso vai desde a vida escolar até os mais diversos temas como segurança, saúde, cultura ou lazer.

Fala-se muito sobre “direitos e deveres”, mas raramente sabemos o que isso significa. Este tópico ajuda você a entender o que é ser um cidadão, mesmo que seja jovem, e porque o ECA é importante, e como você, como criança ou adolescente, pode se manifestar para ter sua opinião em casa, na escola e no seu bairro. Vamos aprender juntos?



Quanto mais você sabe sobre o que é possível e quem pode fazer o quê, mais capacidade tem para agir. Sua voz se tornará ação. Agora, pense sobre os conhecimentos que você já tem e também sobre o que mais gostaria de aprender a respeito desses assuntos. Anote-os no quadro abaixo:



Atividade 1

O que eu sei sobre o tema...	O que eu quero saber...
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

1.1 O que é ser um cidadão desde a infância?

Você já sabe: todos nós temos direitos — como o direito de brincar, de estudar, de ter proteção, de dar opinião e de ser respeitado. Mas, nem sempre foi assim. Esses direitos estão garantidos em leis importantes, como a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Não basta apenas ter direitos; é necessário que toda a sociedade os pratique, os garanta e os defenda.

Ser cidadão é fazer parte disso, expressar-se e ajudar a cuidar do local onde vivemos e respeitar os outros. E isso começa cedo!

Cidadania envolve tratar bem e falar com respeito, ajudar quando necessário, expressar sua opinião sem agressão e engajar-se na vida comunitária. Você não precisa esperar por um dia no futuro; em vez disso, com seus atos de mudança no mundo real, já se pode ser, diariamente, um cidadão ativo!

1.1.1 Conceito de cidadania na infância e adolescência

Quando você ajuda a cuidar da propriedade pública e ouve seus colegas, está vivendo e aprendendo em comunidade. Além disso, ser cidadão também significa contribuir para a preservação dos espaços públicos e comunicar-se respeitosamente com os outros. Participar das decisões escolares, praticar voluntariado em projetos sociais e atuar em conselhos estudantis são formas de praticar a cidadania.

Crianças e adolescentes, vocês também são cidadãos! Muitas vezes as pessoas acreditam que para participar é necessário ter 16 anos e poder votar. Mas, isso não está de acordo com o que a democracia no nosso país defende. Antes de ter idade suficiente para votar, é seu direito e dever participar das decisões escolares, expressar opiniões, sugerir mudanças e colaborar com os colegas para melhorar a vida dentro e fora da escola. Quando você cuida da escola e encontra maneiras de melhorar o seu entorno, você está exercendo a sua cidadania. Isso mostra que, mesmo sendo criança, sua voz importa!



Atividade 2

Ponto-chave — Para pensar...

A cidadania não começa apenas quando se pode votar. Começa bem antes. **Você se sente um cidadão ativo? Quais ideias você teve a partir dessas reflexões e conhecimentos?**

<input type="radio"/>
<input type="radio"/>
<input type="radio"/>
<input type="radio"/>

1.1.2 Diferença entre ter direitos e exercê-los

Ter direitos é importante, mas será que você conhece bem os seus e os exerce, cuidando do que é coletivo? Garantir e usufruir dos direitos é o que significa vivenciá-los na vida real.

Isso significa, por exemplo, que você tem a liberdade de expressar sua opinião na escola. No entanto, é apenas quando você se expressa de maneira respeitosa, sem causar distúrbios, e está presente durante as decisões de classe ou do conselho de estudantes que esse direito se materializa.

Você tem direito à educação e o exerce quando vai à escola e se comunica, realiza suas tarefas de casa, faz perguntas ou contribui com as discussões e respeita o direito dos outros de aprender.

- Ter um direito significa que ele existe e está garantido por lei;
- Exercê-lo é colocar essa garantia em prática na vida real.



Atividade 3

Ponto-chave — Para pensar...

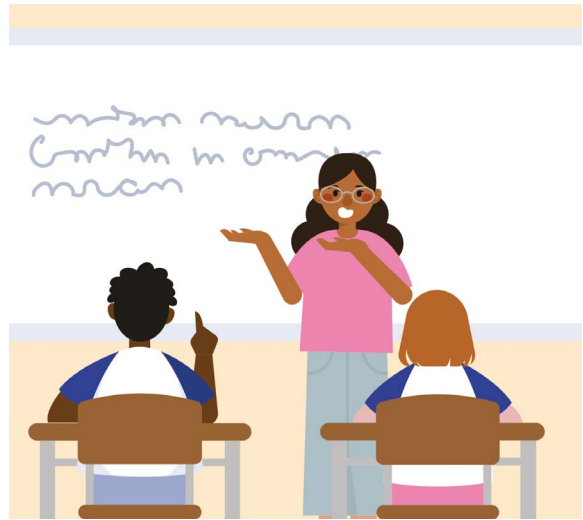
Exercer um direito também significa procurar ajuda quando ele não está sendo cumprido. É dizer “isso não está certo” quando alguém sofre *bullying* ou não está sendo bem tratado, por exemplo. **Você concorda?**

1.1.3 Cidadania no dia a dia: escola, comunidade, redes

Você sabia que a cidadania não acontece apenas nas eleições ou nas leis? Ela está presente em ações que fazemos todos os dias, em lugares bem perto de nós: na escola, na rua onde moramos e até na internet!

➔ Na escola, você pratica a cidadania quando:

- Respeita colegas e professores;
- Ajuda a manter os espaços limpos e organizados;
- Dá sua opinião com respeito nas aulas ou nas reuniões da turma;
- Participa de projetos, grêmios e campanhas.



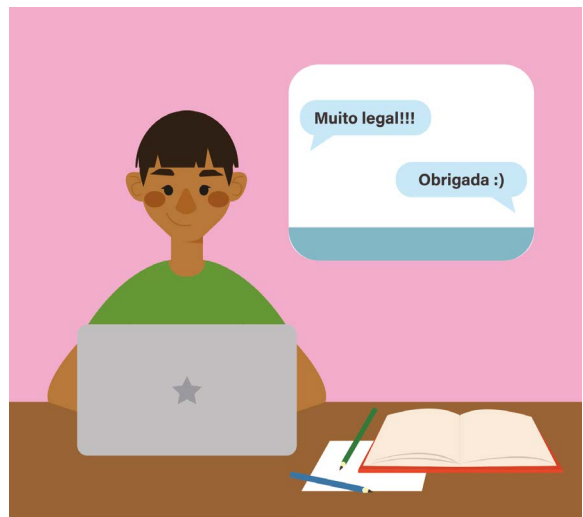
➔ Na comunidade, você pratica cidadania quando:

- Cuida da praça, da calçada, do ponto de ônibus;
- Ajuda alguém que precisa;
- Conversa sobre melhorias com vizinhos e participa de ações no bairro;
- Denuncia quando vê alguma ação errada sendo feita pela Prefeitura.



➔ Nas redes sociais, você também exerce cidadania quando:

- Respeita as pessoas nos comentários;
- Verifica se uma notícia é verdadeira antes de compartilhar;
- Usa a internet para aprender, informar e colaborar.





Atividade 4

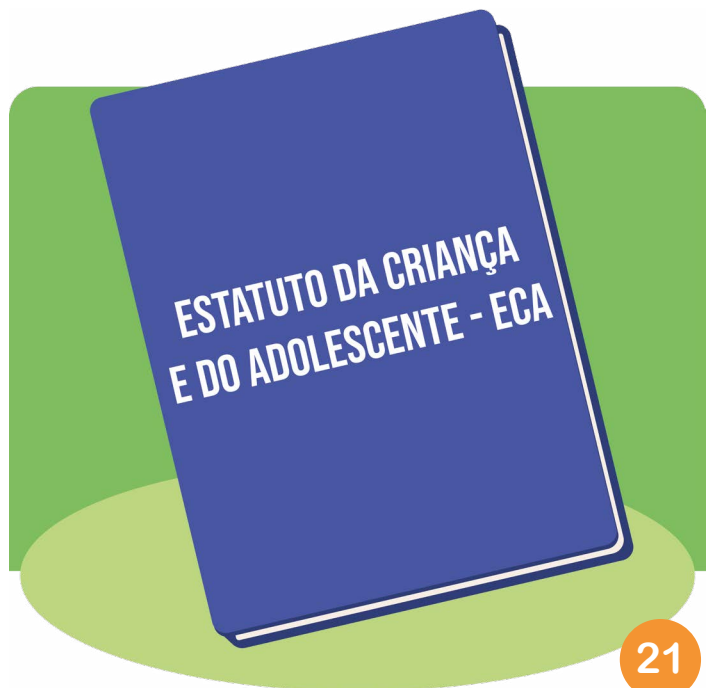
Ponto-chave — Para pensar...

Ser cidadão é estar presente, participando e cuidando dos lugares onde vivemos e convivendo uns com os outros. Não importa se ainda não pode votar: você já pode fazer a diferença com atitudes cidadãs todos os dias. **Que ações você pratica que demonstram o exercício da sua cidadania? E quais poderia começar a praticar a partir de hoje?**

<input type="radio"/>
<input type="radio"/>
<input type="radio"/>
<input type="radio"/>
<input type="radio"/>
<input type="radio"/>
<input type="radio"/>
<input type="radio"/>
<input type="radio"/>

1.2 O que diz o Estatuto da Criança e do Adolescente?

Você já sabe que existe uma lei feita especialmente para garantir os direitos e deveres das crianças e adolescentes no Brasil. Sim, é o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Esse estatuto é como um livro de regras que diz tudo o que você tem direito para viver bem, com segurança e respeito.



1.2.1 História e importância do Estatuto da Criança e do Adolescente

Criado em 1990, o Estatuto estabelece que toda criança e todo adolescente é uma pessoa com direitos e merece ser tratada com respeito, proteção e dignidade. Antes dele existir, muita gente acreditava que criança só precisava “obedecer” e não tinha espaço para participar ou ser ouvida. Mas o ECA veio para mostrar que criança tem voz, tem valor e tem direitos.

Exemplos de práticas antigas que hoje são proibidas ou não são aceitas nas escolas:

Antes	Hoje
Professores podiam dar castigos físicos , como bater com régua, puxar orelha ou até colocar os estudantes de castigo ajoelhados no milho.	Isso é proibido por lei . Hoje a escola deve educar com diálogo e respeito, sem violência.
Os estudantes que erravam perguntas sobre o conteúdo eram expostos, ficando de pé no canto da sala ou tendo suas notas ruins mostradas para todo mundo.	Ninguém pode ser humilhado . O erro faz parte do aprendizado e deve ser tratado com apoio.
Meninos e meninas tinham aulas separadas ou não podiam estudar juntos.	As turmas são mistas . Todos têm direito às mesmas aulas e atividades.
Nem sempre havia merenda escolar para todos; cada estudante levava a sua comida, e alguns ficavam sem alimentação.	A merenda escolar é direito garantido por lei , para que todos tenham alimentação na escola pública.
Havia pouca preocupação em cuidar dos materiais e espaços : se estragasse, achavam que o governo compraria de novo.	Hoje sabemos que tudo é público . É dever de todos cuidar de carteiras, livros, quadra e merenda.

Mas o ECA também lembra que, além de direitos, temos deveres: respeitar os outros, cuidar do que é público e viver em paz com os colegas. Então, quando você participa, escuta, respeita e se informa, está vivendo a cidadania como o ECA ensina!



Atividade 5

Ponto-chave — Para pensar...

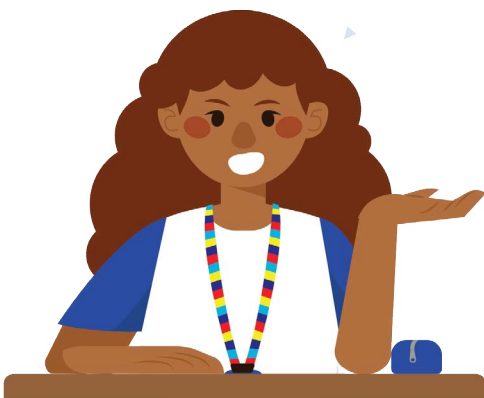
Você consegue perceber que o ECA não é apenas uma lei distante, mas algo que influencia o seu dia a dia na escola, na família e na comunidade?



1.2.2 Direitos fundamentais garantidos pelo ECA

Veja alguns desses direitos fundamentais que o ECA garante:

- **Direito à vida e à saúde:** você tem direito de nascer, crescer e ser cuidado, com médicos, vacinas e tudo que for preciso para uma vida saudável;
- **Direito à educação:** toda criança tem direito de estudar, ir para a escola e aprender;
- **Direito ao lazer e à brincadeira:** brincar é muito importante para crescer feliz;
- **Direito ao respeito:** ninguém pode ser tratado com violência, gritos ou agressões físicas, psicológicas ou morais;
- **Direito à proteção:** se você estiver em perigo, o Conselho Tutelar, a escola, a polícia ou um adulto de confiança devem ajudar;
- **Direito à família e à convivência:** viver com quem cuida bem de você, com amor e carinho, é um direito seu.



Esses direitos existem para te ajudar a ser feliz, crescer seguro e preparado para o futuro. **E o mais importante: todos devem respeitá-los!**



Atividade 6

Ponto-chave — Para pensar...

O Estatuto é fundamental porque, se antes o seu lugar era apenas o de obedecer, hoje você é reconhecido como protagonista. Veja essas diferenças:

Crianças e Adolescentes: antes e depois do ECA

Antes do ECA (até 1990)	Depois do ECA (1990 em diante)
Crianças eram vistas apenas como quem devia obedecer.	Crianças e adolescentes são reconhecidos como cidadãos com voz e direitos.
Pouca ou nenhuma participação nas decisões que afetavam suas vidas.	Direito de opinar e ser ouvido em casa, na escola e na comunidade.
Não havia garantias claras de proteção contra violência, exploração e abandono.	O ECA estabelece a proteção integral e dever do Estado, da família e da sociedade de cuidar.
Direitos pouco divulgados e conhecidos.	Criação de leis, conselhos e espaços para garantir que esses direitos sejam respeitados.

O ECA garante o direito de opinar e ser ouvido. **Em quais espaços da sua vida você já deu sua opinião? Foi levada em conta?**

<input type="radio"/>	
<input type="radio"/>	
<input type="radio"/>	
<input type="radio"/>	
<input type="radio"/>	
<input type="radio"/>	
<input type="radio"/>	
<input type="radio"/>	

1.2.3 Deveres também fazem parte da cidadania

Você já aprendeu que tem muitos direitos, como estudar, brincar, ser cuidado e respeitado. Mas sabia que, junto com os direitos, também vêm os **deveres**? Ser **cidadão** de verdade é saber que a gente tem direitos, mas também precisamos fazer a nossa parte. Isso ajuda a escola, a cidade e o mundo a serem lugares melhores para todos!

Veja alguns **deveres importantes** que toda criança tem:

- Respeitar os colegas, professores e familiares. Todo mundo merece ser tratado com educação.
- Cuidar do que é de todos. Isso vale para o parquinho, a sala de aula, a rua... lixo no lixo, nada de quebrar ou sujar!
- Estudar e prestar atenção nas aulas. Aprender é um dever e também um direito seu.
- Ser honesto e verdadeiro. Mentir ou colar nas provas não é uma atitude correta!
- Ouvir e saber esperar a sua vez. Todo mundo tem direito de falar e ser ouvido.

Quando cada pessoa faz sua parte, a convivência melhora. E isso também é **exercer a cidadania!**





Atividade 7

Ponto-chave — Para pensar...

Cidadania não é só ser beneficiário de direitos, mas também cumprir deveres. Quais desses deveres você já pratica? E em qual poderia melhorar para contribuir mais com a sua escola e comunidade?

<input type="radio"/>	
<input type="radio"/>	
<input type="radio"/>	
<input type="radio"/>	
<input type="radio"/>	



Atividade 8

Comparação entre “antes e depois do ECA” - Dramatização

Você já percebeu que, antes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), muitas situações de injustiça e desrespeito eram comuns — e que hoje, graças à lei, temos mais proteção, voz e espaço para participar! Agora, é a vez de você dramatizar algumas situações discutidas e, assim, compreender, de forma divertida e prática, como a vida das crianças e adolescentes mudou depois da criação do ECA.

Etapas:

1. Formem grupos de três colegas (trios). Cada trio vai escolher ou receber uma situação do quadro “Antes e Depois do ECA” (por exemplo: castigos físicos, falta de merenda, separação de meninos e meninas, humilhação em sala etc.).
2. Criem uma pequena encenação mostrando como era essa situação antes de 1990, quando as crianças ainda não tinham seus direitos totalmente garantidos.
3. Mostrem o problema, o desrespeito ou a injustiça.
4. Agora, recriem a mesma situação, mostrando como ela deve acontecer hoje, com respeito, diálogo e valorização dos direitos das crianças. Mostrem a

mudança positiva e o que melhorou.

5. Depois das apresentações, conversem entre os grupos: o que mudou entre as duas versões? Quais atitudes mostram cidadania? O que ainda precisa melhorar na escola e na comunidade?

1.3 O que é cidadania garantida por lei?

Você já pensou que existe uma diferença entre ter um direito escrito na lei e conseguir exercê-lo no dia a dia? É aí que entram dois conceitos importantes: cidadania legal e cidadania real.

1.3.1 Conceito de cidadania legal e cidadania real

A cidadania é determinada em cada país de acordo com os princípios que orientam a Constituição, que por sua vez são frutos de acordos baseados na história e na cultura de cada um deles. Aqui no Brasil a cidadania legal é garantida, está explícita e incluída na Constituição Federal e em legislação como no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e muitas outras. Isso quer dizer que toda criança tem, por exemplo, o direito de estudar, brincar, ser protegida e ter uma vida digna. Esses direitos estão garantidos no papel!

Já a cidadania real é quando esses direitos realmente acontecem na sua vida. Por exemplo: uma criança tem o direito a uma escola de qualidade (cidadania legal), mas, na prática, ou não tem acesso (falta de vaga ou de condições) ou não tem uma escola de qualidade. Portanto, ela não está vivendo a cidadania real. Ou seja, o direito existe, mas não está sendo cumprido.

Por isso, é importante conhecer os seus direitos e também agir quando eles não estão sendo respeitados ou cumpridos. Assim, podemos ajudar a construir um mundo onde a cidadania legal se transforme em cidadania real para todas as crianças.



Cidadania
Legal



Cidadania
real

Exemplos de Cidadania Legal x Cidadania Real (com Direitos e Deveres)

Direito (Cidadania Legal)	Quando vira realidade (Cidadania Real)	Dever associado
Educação: toda criança tem direito de estudar.	Quando há escola, professores, materiais e aprendizagem de qualidade.	Ir às aulas, se dedicar aos estudos e respeitar professores e colegas.
Saúde: direito a médicos, vacinas e atendimento gratuito.	Quando consegue marcar consultas, ser atendido e vacinado no posto de saúde.	Cuidar da higiene, seguir orientações médicas e vacinar-se.
Brincar e lazer: toda criança tem direito de brincar.	Quando há espaços seguros, praças e atividades culturais/esportivas acessíveis.	Respeitar os colegas nas brincadeiras e cuidar dos espaços públicos (não quebrar brinquedos, não sujar).
Proteção contra violência: ninguém pode maltratar ou ferir crianças.	Quando família, escola e Conselho Tutelar atuam para proteger.	Tratar os outros com respeito, sem bullying, agressões ou xingamentos.
Convivência familiar: direito de crescer em família com amor e cuidado.	Quando a criança é acolhida em casa com segurança, carinho e diálogo.	Colaborar com a vida em família, respeitar e ajudar nas responsabilidades do lar.



Atividade 9

Ponto-chave — Para pensar...

Direitos e deveres andam sempre juntos: quando você exige seus direitos, também precisa cumprir seus deveres. Pense nas informações contidas no quadro “Exemplos de Cidadania Legal x Cidadania Real (com Direitos e Deveres)” e reflita: **como você tem vivido a sua cidadania, aproveitando os direitos e também cumprindo os deveres?**



1.3.2 A Constituição como pacto de direitos

Você já ouviu falar da Constituição Federal? Já falamos algumas vezes aqui! Ela é um livro muito importante que reúne as principais regras do nosso país. Essas regras funcionam como um acordo. Neste acordo, fica explícito como a sociedade enxerga muitos temas e como organiza o país. No caso da nossa Constituição Federal de 1988 (CF/88), ela foi escrita para garantir que todas as pessoas sejam tratadas com respeito, justiça e tenham seus direitos protegidos. Ela garante que toda criança tem direito a estudar, brincar, ter uma família, ser protegida e dar opinião. Ela também lembra os adultos que eles devem cuidar e proteger os pequenos.

A gente pode imaginar a Constituição como um pacto – um grande acordo feito por todos os brasileiros. Nesse acordo, está combinado que todas as pessoas devem respeitar umas às outras e que ninguém pode retirar direitos dos outros.

Quando a Constituição foi criada, o Brasil decidiu que seria um país onde todos têm direitos, mas também responsabilidades. E isso vale para adultos, jovens e também para crianças.



Atividade 10

Ponto-chave — Para pensar...

Sendo a Constituição um acordo de todos para garantir direitos e responsabilidades, qual é a sua parte neste pacto?

1.3.3 A sociedade na garantia de proteção especial à infância

Você sabia que existem pessoas e lugares que trabalham só para garantir que os direitos das crianças sejam respeitados? Isso faz parte de um acordo muito importante que o Brasil fez, chamado pacto social, que está escrito na nossa Constituição e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Para esse pacto funcionar, foram criados grupos e instituições especiais que ajudam a cuidar das crianças. Veja alguns exemplos:

● **Conselho Tutelar:** é um órgão permanente, composto por membros da comunidade, cuja missão é zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes. Ele escuta, conversa e toma decisões para protegê-las em situação de risco;

● **Polícia:** ajuda quando acontece alguma situação de violência ou perigo. A polícia pode proteger, investigar e até prender quem faz mal às crianças;

● **Ministério Público:** é como um defensor das leis. Ele atua quando alguma regra é descumprida. Procura garantir que os direitos das crianças sejam cumpridos, em diversos âmbitos;

● **Juizado da Infância e Juventude:** é quem decide o que deve ser feito em situações difíceis para proteger a criança e o adolescente quando o Conselho Tutelar não consegue ajustar ou melhorar alguma situação de descaso, por exemplo;

● **Escola:** além de ensinar, é um espaço que protege, orienta e observa se os direitos das crianças estão sendo respeitados, ajudando a identificar situações de risco.



Conselho Tutelar



Polícia



Ministério Público



Juizado da Infância e Juventude



Escola

Essas instituições existem para garantir que as crianças e adolescentes, incluindo você, cresçam com dignidade, segurança, amor e respeito.



Atividade 11

Ponto-chave — Para pensar...

Você não está sozinho: existem pessoas, leis e instituições criadas só para cuidar de você e defender seus direitos. A proteção da infância é uma rede que começa na família e se estende à escola, saúde, justiça e comunidade. Quem você já conhece desse “time da proteção” na sua cidade ou bairro? Se um direito seu fosse desrespeitado, a quem você pediria ajuda primeiro?



Atividade 12

Observação e Apresentação — Explorando a nossa escola: respeito aos direitos e deveres

Você vai passear por diferentes espaços da escola e observar como os direitos de crianças e adolescentes estão sendo ou não respeitados. Depois, irá apresentar o que descobriu para o resto da turma.

Etapas:

1. Formem grupos de quatro ou cinco colegas. Cada grupo ficará responsável por observar um espaço da escola, por exemplo: sala de aula, pátio, biblioteca, refeitório, corredores ou quadra;
2. Vocês vão ficar atentos a dois tipos de situação: respeito aos direitos: quando alguém está sendo ouvido, ajudado, o espaço está bem cuidado, todos têm vez etc. Desrespeito aos direitos: quando alguém é deixado de lado, há abandono ou falta de cuidado, ambiente bagunçado ou desconfortável etc.;
3. Anotem o que observaram: O que viram ou ouviram que mostra respeito ou desrespeito? Como vocês se sentiram ao ver aquilo? O que vocês acham que poderia melhorar naquele espaço?
4. Na semana seguinte, cada grupo vai apresentar para a turma: o que descobriram de positivo. O que encontraram que precisa melhorar. Ideias que vocês têm para tornar o espaço mais justo, acolhedor e respeitoso.



Conclusão do Tema 1

A cidadania desde a infância implica muito mais do que esperar o tempo para atingir a idade de votar. É saber que você, criança ou adolescente, tem direitos já garantidos pela lei, mas reconhecendo que também tem rotinas diárias de deveres.

Esses direitos e deveres estão consagrados na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que confirmam que qualquer criança tem direito a emitir opinião, deve ser respeitada e merece se desenvolver em um ambiente de dignidade, segurança, educação, lazer e interação com sua família.

E lembre-se que nesta jornada você não está sozinho. Há uma rede de proteção — composta pela família, escola, Conselho Tutelar, Ministério Público, Poder Judiciário e pela polícia — a quem cabe a tarefa de garantir que você cresça com segurança e cercado de amor e dignidade.





Mão na Massa (Atividade final do TEMA 1)

Análise Contextual

Nesta última atividade do Tema 1, você vai retomar o que observou na aula anterior (Atividade 12 – Observação e Apresentação) e analisar em grupo o que descobriram sobre o respeito e o desrespeito aos direitos na escola.

A ideia é transformar essas observações em propostas de melhoria que tornem o ambiente escolar mais justo, acolhedor e cidadão.

Etapas:

1. Cada estudante vai compartilhar o que observou, sem citar nomes de colegas, professores ou funcionários. O foco é na situação observada, não nas pessoas. Exemplo: “observei que, na hora da merenda, alguns estudantes ficam sem lugar para sentar”.
2. A turma vai ouvir as observações e, juntos, pensar em ações concretas para melhorar a convivência e o respeito naquele espaço. Exemplo: “podemos organizar uma escala para ajudar na limpeza do refeitório”.
3. Escolham um tema de intervenção, ou seja, um problema real da escola que pode ser transformado com pequenas atitudes cidadãs. Pode ser algo como: melhorar o uso dos espaços públicos da escola, garantir o respeito nas filas, incentivar o cuidado com o lixo e os materiais escolares e promover o diálogo entre turmas.
4. Concluam a atividade com um plano simples de ação, respondendo: o que queremos mudar? Por que isso é importante? O que podemos fazer juntos, para começar essa mudança?



REFERÊNCIAS

BRASIL. Senado Federal. **Constituição em Miúdos**. Brasília: Senado Federal, 2025. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/649385/Constituicao_miudos_5ed.pdf. Acesso em: 14 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 14 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Escola de Administração Fazendária (ESAF). **Educação Fiscal no Contexto Social**: caderno 1. Brasília: ESAF, 2014. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4251>. Acesso em: 14 maio 2025.

CHIEZA, Rosa Angela; DUARTE, Maria Regina Paiva; DE CESARE, Cláudia Monteiro (org.). **Educação fiscal e cidadania**: reflexões da prática educativa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. Disponível em: <http://www.educacaofiscal.rs.gov.br/materiais-pedagogicos/>. Acesso em: 14 maio 2025.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONANDA). **Cartilha do ECA para crianças**. Brasília: MDH. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/conselhos/conanda>. Acesso em: 14 maio 2025.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Criança também é cidadã**: o que diz o ECA. São Paulo: Fundação Abrinq. Disponível em: <https://www.fadc.org.br>. Acesso em: 14 maio 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Direitos Humanos e Cidadania**. Brasília: IPEA. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 14 maio 2025.

UNICEF BRASIL. **Cidadania e Participação**. Brasília: UNICEF. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil>. Acesso em: 14 maio 2025.

UNICEF BRASIL. **Direitos das Crianças e dos Adolescentes**. Brasília: UNICEF. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil>. Acesso em: 14 maio 2025.

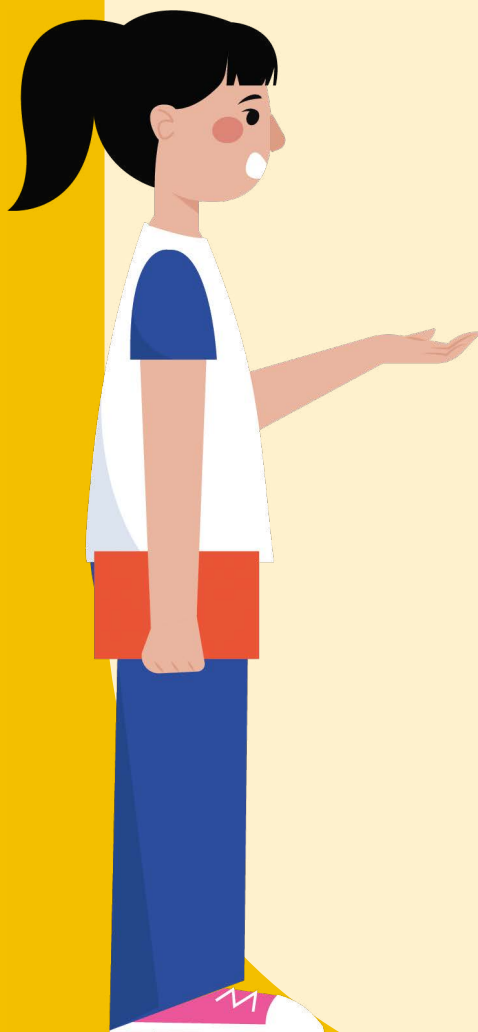
UNICEF BRASIL. **Conhecendo o ECA**. Brasília: UNICEF. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil>. Acesso em: 14 maio 2025.

UNICEF BRASIL. **Cidadania desde cedo**. Brasília: UNICEF. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil>. Acesso em: 14 maio 2025.

TEMA

2

Direito não é favor: a força das políticas públicas



Objetivo do Tema 2:

Compreender como a cidadania é garantida por meio de serviços públicos e políticas sociais, reconhecendo o papel do cidadão e do Estado na promoção dos direitos fundamentais.

Competências e habilidades BNCC:

CG5 – Compreender e praticar a cidadania.

CG10 – Agir com responsabilidade e solidariedade.

EF07HI06 – Discutir políticas públicas como instrumento de garantia de direitos.

EF09HI09 – Analisar a atuação de instituições que defendem os direitos dos cidadãos.

Organização do Tema 2:

2.1 Políticas públicas na nossa vida

2.1.1 O que são as políticas públicas e por que precisamos delas?

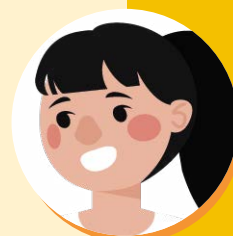
2.1.2 Quem oferece? Como acessar?

2.1.3 Minha escola como política pública.

2.2 Quando os direitos não chegam...

2.2.1 Quem pode ajudar? A rede de proteção.

2.2.2 Você também pode agir!
Participação ativa para exigir cumprimento de direitos.



Introdução

Você sabia que a escola, o posto de saúde e as regras de trânsito fazem parte das políticas públicas? Elas existem para garantir direitos. Mas, nem sempre esses direitos chegam a todos. E o que fazer quando não chegam? É importante saber a quem recorrer e como participar para que eles sejam respeitados.

Neste tema, você verá como as políticas públicas funcionam, como elas aparecem na nossa vida, na escola, na comunidade, e também sobre a importância de se posicionar quando algo não está certo.



Atividade 1

Diagnóstica

Agora, pense sobre os conhecimentos que você já tem e sobre o que mais gostaria de aprender a respeito desses assuntos.

O que eu sei sobre o tema...	O que eu quero saber...
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2.1 Políticas públicas na nossa vida

Você já parou para pensar de onde vêm e por que existem as escolas, hospitais, segurança nas ruas e assistência social? Tudo isso existe graças às políticas públicas. Mas o que são políticas públicas e como elas impactam a sua vida, da sua família e de toda a comunidade?

2.1.1 O que são as políticas públicas e por que precisamos delas?

A Constituição Federal (CF/88) estabelece como sendo direitos sociais a saúde, alimentação, educação, moradia, transporte, trabalho, lazer, segurança, proteção à maternidade e à infância e assistência social.

Para assegurá-los, o governo cria e desenvolve as políticas e, dentre elas, as políticas públicas sociais. Eles são os direitos fundamentais que garantem às pessoas, sem distinção ou exclusão, a proteção e garantias dadas pelo Estado de Direito (o Poder Público que garante direitos). São as ações, os programas e os serviços planejados pelo Estado para garantir que a população tenha acesso ao que a Constituição promete.

Portanto, as políticas públicas são serviços que o governo oferece para melhorar a vida das pessoas e, com isso, de todo o país. Elas existem para garantir que todos tenham seus direitos respeitados. E o melhor: ninguém precisa pagar por isso na hora de usar — porque todo mundo já paga por meio dos impostos. Veja alguns exemplos de políticas públicas:



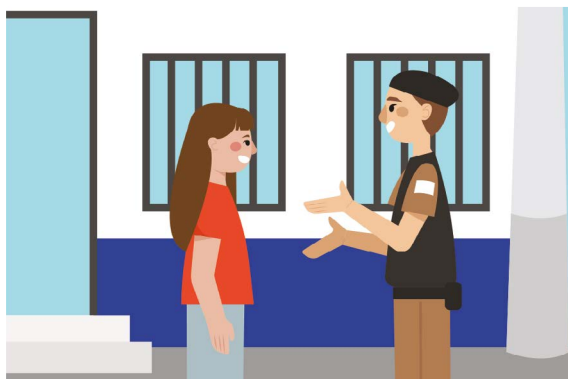
● **Educação:** as escolas públicas existem em decorrência das políticas públicas de educação. Elas visam garantir que todas as crianças possam estudar, aprender, socializar-se e crescer com oportunidades.



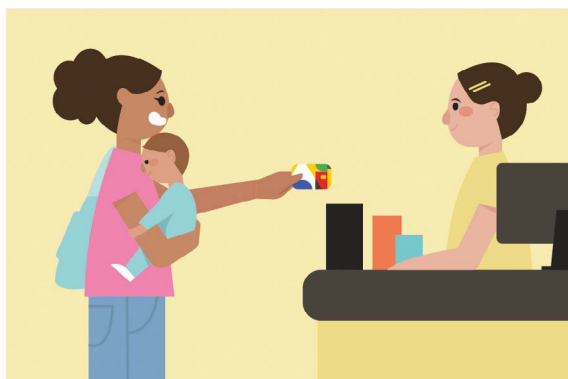
● **Saúde:** hospitais e postos de saúde existem para assegurar saúde à população, prevenindo e curando doenças. Fornecem vacinas, remédios, fazem exames e, quando necessário, internam os pacientes para tratamento de doenças.



● **Segurança:** os bombeiros, a polícia e outros profissionais trabalham para manter a ordem e segurança pública, protegendo as pessoas e o patrimônio público e privado.



● **Assistência social:** existem políticas para garantir que famílias que estão passando por dificuldades com alimentos, moradia ou falta de recursos financeiros, sejam atendidas pelo Poder Público, assegurando recursos financeiros que garantam condições básicas de sobrevivência, como o Programa Bolsa Família.



Essas ações são concebidas para garantir o bem-estar de todos, principalmente de quem mais precisa. É como se o Governo assegurasse um grande plano para cuidar das pessoas e fazer com que todos tenham uma vida com os direitos básicos minimamente garantidos.

E sabe o que é mais interessante? É que você também faz parte disso tudo! Quando conhece seus direitos (como vimos no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), entende que cidadania não é só ter direitos, mas também ajudar a garantir que esses direitos sejam assegurados a todos, todos os dias — na escola, na comunidade e até nas redes sociais.



Atividade 2

Ponto-chave — Para pensar...

Se os direitos são garantidos para todos, por que algumas pessoas ainda não conseguem acessá-los igualmente? O que você acha que é preciso fazer para que todos possam viver com esses direitos?

2.1.2 Quem oferece? Como acessar?

Você já sabe que saúde, educação, segurança e assistência social são direitos garantidos pelas políticas públicas. Mas, você sabe quem oferece tudo isso? E como a gente pode acessar esses serviços? As políticas públicas são planejadas e garantidas pelo Estado brasileiro, em suas diferentes esferas de atuação:

- Municipal (Prefeitura): cuida das escolas de Educação infantil e Ensino Fundamental, da coleta de lixo, dos postos de saúde e das praças, por exemplo;
- Estadual (Governo do Estado): é responsável pelas escolas de Ensino Médio e algumas de Ensino Fundamental, cuida de hospitais maiores, da Polícia Militar e do transporte intermunicipal;
- Federal (governo do Brasil inteiro - União): cuida das universidades federais, do Exército, da Polícia Federal e também ajuda com dinheiro para a saúde, a educação e os programas sociais.

Ou seja: prefeitos, governadores e o presidente têm o dever de garantir que seus direitos sejam assegurados. A maioria dos serviços públicos é gratuita e acessível a todos os cidadãos. Basta saber onde procurar:

- Quer estudar? Vá até a escola pública mais próxima;
- Está doente? Procure o posto de saúde da sua região;
- Precisa de ajuda? Fale com a assistência social da prefeitura;
- Tem uma dúvida ou quer fazer uma reclamação? Você pode ligar, mandar mensagens ou acessar os sites dos órgãos públicos — existem canais feitos especialmente para ouvir a população!



Atividade 3

Ponto-chave — Para pensar...

Prefeitos, governadores e o presidente têm a obrigação de garantir seus direitos. Seus pais, responsáveis e professores podem ajudar você a encontrar o caminho certo. **Você utiliza ou já utilizou algum desses serviços públicos? Como foi a sua experiência?**

<input type="radio"/>
<input type="radio"/>
<input type="radio"/>
<input type="radio"/>
<input type="radio"/>
<input type="radio"/>
<input type="radio"/>



2.1.3 Minha escola como política pública

Você sabia que a sua escola também faz parte das políticas públicas? Sim! Isso quer dizer que o governo tem o dever de garantir educação de qualidade para todos — e isso está escrito na Constituição e no ECA! Ela é parte de uma política pública porque o Estado (o Governo) reconhece que a educação é um direito de toda criança e adolescente.

Cabe aos Governos assegurar uma educação pública, gratuita e de qualidade e, para tanto, as escolas precisam:

- Ter professores bem formados e preparados para o exercício da docência;
- Possuir material didático para todos;
- Assegurar merenda escolar durante todo o ano letivo;
- Possuir espaços adequados, que possibilitem a aprendizagem com alegria.

Tudo isso faz parte de uma política pública chamada educação básica gratuita.

E quem cuida da escola? A sua escola é mantida, geralmente, pela prefeitura (Governo Municipal). Mas ela também recebe apoio do Governo Estadual e até do Governo Federal, principalmente com recursos financeiros e programas especiais.

Você também faz parte disso! Quando estuda, participa, dá ideias, cuida dos espaços e respeita os colegas, está ajudando a escola a ser um lugar melhor. E mais: está exercendo a sua cidadania!



Atividade 4

Ponto-chave — Para pensar...

Além de estudar, que outras atitudes suas ajudam a melhorar a política pública de educação?



Mapa das Políticas Públicas

Nesta atividade, você e sua turma vão investigar quais políticas públicas existem no bairro onde vivem. A ideia é montar um mapa que mostre os serviços e ações do Governo presentes no cotidiano da comunidade. Ao criar esse mapa, você entende como as políticas públicas estão presentes no seu bairro e como elas fazem parte do cuidado, da convivência e dos direitos de todos.

Etapas:

→ O que observar:

Procurem identificar políticas públicas relacionadas a:

- Saúde (postos, UBS, campanhas);
- Educação (escolas, creches, programas);
- Assistência social (CRAS, CREAS, benefícios);
- Cultura e esporte (praças, centros comunitários, projetos);
- Mobilidade e infraestrutura (transporte, iluminação, saneamento);
- Segurança (GCM, programas de prevenção);
- Registrem nome, localização e função de cada serviço.

→ Como montar o mapa:

Pode ser feito de dois jeitos.

- Em cartaz: usando papel, canetinhas, recortes e símbolos;
- Digitalmente: usando aplicativos simples de desenho ou mapas online.

Marquem no mapa onde ficam os serviços e usem cores, ícones e legendas para facilitar a visualização.

2.2 Quando os direitos não chegam...

Nem sempre os direitos chegam a todas as crianças como deveriam. Isso se manifesta de duas formas principais:

- **Negligência (falta de ação):** Quando há ausência de um serviço essencial. Exemplos: não ter escola de qualidade, não conseguir atendimento médico adequado ou faltar comida em casa.
- **Agressão (negação direta):** Quando um direito é negado ativamente. Exemplos: quando uma criança sofre violência ou não é bem tratada em casa, na escola ou na comunidade.



Atividade 6

Ponto-chave — Para pensar...

Você já viu ou ouviu falar de alguma situação em que os direitos de uma criança não foram respeitados? Você acredita que isso pode ser mudado?

2.2.1 Quem pode ajudar? A rede de proteção

Existem várias pessoas e lugares que fazem parte da **rede de proteção à infância** e têm o dever de zelar pelas crianças e adolescentes, nos mais diversos ambientes e situações. Veja alguns integrantes institucionais dessa rede de proteção. Não se esqueça deles!

- **Conselho Tutelar:** recebe denúncias e ajuda a proteger crianças em situação de risco;
- **Escola:** professores e diretores podem orientar e acionar a rede de proteção;
- **Postos de saúde e hospitais:** cuidam da saúde física e emocional;
- **Delegacias especializadas:** investigam casos de violência;
- **Assistência Social:** oferece apoio para famílias em dificuldade.



Esses órgãos foram criados justamente para proteger os direitos das crianças e adolescentes. É importante saber: **ninguém está sozinho**. Quando algo não vai bem, é possível procurar ajuda nesses lugares — e sempre com o apoio de pais, responsáveis ou professores.



Atividade 7

Ponto-chave — Para pensar...

Se você visse um colega passando por uma situação de desrespeito ou violência, qual seria a melhor forma de ajudá-lo a encontrar apoio na rede de proteção?

<input type="radio"/>	
<input type="radio"/>	
<input type="radio"/>	
<input type="radio"/>	
<input type="radio"/>	
<input type="radio"/>	

2.2.2 Você também pode agir! Participação ativa para exigir cumprimento de direitos

Você também tem voz! Quando conversa sobre os problemas da sua comunidade, participa de projetos na escola, escreve uma carta para uma autoridade ou instituição, faz uma campanha ou conversa com adultos sobre o que precisa melhorar, está praticando a **cidadania ativa**.

Isso significa não ficar parado diante das dificuldades, mas ajudar a construir soluções junto com outras pessoas. Assim, você mostra que os direitos são importantes e precisam ser cumpridos.



Atividade 8

Ponto-chave — Para pensar...

Que ação simples você poderia começar hoje, na sua escola ou no seu bairro, para melhorar a vida das pessoas ao seu redor?





Atividade 9

Mapa da rede de proteção

Nesta atividade, você vai descobrir quais são os órgãos e instituições que protegem os direitos de crianças e adolescentes na sua cidade ou bairro. A ideia é montar um Mapa da Rede de Proteção, mostrando: Quem são esses órgãos, onde ficam, como entrar em contato, e por que eles são importantes para garantir direitos.

Etapas:

- Você vai pesquisar, com sua turma, instituições como: Conselho Tutelar, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretaria de Assistência Social, CRAS e CREAS, Vara da Infância e Juventude, ONGs que atuam com crianças e adolescentes. Para isso, vocês podem acessar o site da prefeitura e identificar os serviços existentes no município;
- Organize as informações em um mapa ou painel visual, incluindo: Nome do órgão ou instituição, endereço ou localização aproximada, formas de contato (telefone, site, e-mail) e qual é a função dele na proteção dos direitos. Use cores, símbolos e setas para deixar o mapa bonito e fácil de entender;
- A turma pode convidar um representante de algum desses órgãos para uma conversa na escola. É uma ótima chance de entender, na prática, como a rede de proteção funciona e como ela garante os direitos previstos no ECA.

Criar o Mapa da Rede de Proteção ajuda a perceber que existe uma rede coletiva trabalhando para que crianças e adolescentes tenham seus direitos garantidos. Conhecer essa rede é também um jeito de exercer cidadania e responsabilidade.



Conclusão do Tema 2

Agora você já sabe que os direitos — como saúde, educação, segurança e assistência social — são garantidos pelas políticas públicas. Também viu que, quando esses direitos não chegam como deveriam, isso se caracteriza como uma violação, e que existem caminhos para buscar ajuda por meio da rede de proteção.

O mais importante é lembrar que você também faz parte dessa história: ao estudar, participar, dar ideias, respeitar os colegas e exigir que os direitos sejam cumpridos, dessa forma está praticando a cidadania ativa. Cada atitude conta para transformar a escola, a comunidade e o país em lugares mais justos e acolhedores para todos.



Mão na Massa (Atividade final do Tema 2)

“Caixa de Sugestões e Reflexões”

Nesta atividade, a escola vai instalar uma Caixa de Participação, que fica disponível de forma permanente para que todos possam contribuir com ideias, sugestões e reflexões. Elas funcionam como ferramentas de escuta ativa, participação cidadã e diagnóstico coletivo da comunidade escolar.

O objetivo é ajudar a perceber que a sua voz tem poder na construção de direitos, suas atitudes diárias influenciam o bem-estar coletivo e que a escola é um espaço público de diálogo e corresponsabilidade.

Etapas

● Criando a Caixa de Participação

Escolham o formato: caixa de sapatos decorada, caixa de papelão reforçado, pote transparente ou até caixa digital. Decorem juntos: título, cores, símbolos, desenhos.

● Escolhendo o local da caixa

A turma decide o melhor lugar para a caixa: corredor principal, biblioteca, sala de aula, área comum. O local deve ser visível e de fácil acesso para todos os estudantes da escola.

● Disponibilizando fichas de apoio

Vocês podem preencher fichas com perguntas como: “que direito ainda não é plenamente garantido na nossa escola?”, “o que poderíamos propor à direção ou ao conselho escolar?”, “qual atitude minha fortalece a convivência na escola?”, “o que eu faço hoje que melhora o ambiente comum?”

● Abertura e leitura da caixa

Definam uma dupla ou trio responsável por verificar a caixa semanalmente. Registrem as ideias em um caderno ou mural da turma.

Em dias combinados, a turma abre a caixa e lê as contribuições de forma coletiva. As sugestões são debatidas com respeito, e as reflexões são usadas para inspirar atitudes positivas.

Acompanhem quais sugestões foram encaminhadas e quais atitudes estão se fortalecendo no cotidiano.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Controladoria-Geral da União (CGU). **Programa Um por Todos e Todos por Um! pela ética e cidadania**. Brasília: CGU. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/educacao-cidada/um-por-todos>. Acesso em: 14 maio 2025.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONANDA). **Cartilhas e Guias de Proteção**. Brasília: MDH. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/conselhos/conanda>. Acesso em: 14 maio 2025.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (INESC). **O que são políticas públicas**. Brasília: INESC.- Disponível em: <https://www.inesc.org.br/o-que-sao-politicas-publicas>. Acesso em: 14 maio 2025.

INSTITUTO PLÁCIDO CASTELO (IPC). **Cidadania e controle social das contas públicas: democracia, direitos e participação: 6º ao 9º ano do ensino fundamental**. Fortaleza: Edições IPC, 2024. Disponível em: https://ipc.tce.ce.gov.br/images/edicoesipc/eletiva_fundamental.pdf. Acesso em: 1 abr. 2025.

OBSERVATÓRIO DO PNE. **Cidadania e Educação na infância e adolescência**. [S.l.]: Observatório do PN. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br>. Acesso em: 14 maio 2025.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Igualdade e Direito à Educação**. São Paulo: Todos pela Educação. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br>. Acesso em: 14 maio 2025.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **O que é uma escola pública de qualidade?** São Paulo: Todos pela Educação. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br>. Acesso em: 14 maio 2025.

UNICEF BRASIL. **Direito à educação**. Brasília: UNICEF. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil>. Acesso em: 14 maio 2025.

UNICEF BRASIL. **Políticas Públicas para Crianças e Adolescentes**. Brasília: UNICEF. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil>. Acesso em: 14 maio 2025.

UNICEF BRASI. **Violência contra crianças**. Brasília: UNICEF. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil>. Acesso em: 14 maio 2025.

TEMA

3

Recursos para garantir as políticas públicas



Objetivo do Tema 3:

Compreender como ocorre a arrecadação de recursos públicos, quem são os responsáveis, como esses recursos são distribuídos e utilizados, com foco no orçamento da escola como exemplo de política pública concreta.

Competências e habilidades BNCC:

CG1 – Valorizar conhecimentos para compreender a sociedade.

CG7 – Argumentar com base em dados e informações.

EF08HI07 – Compreender como se organiza o orçamento público.

EF09HI10 – Avaliar formas de participação e controle social dos recursos público.

Organização do Tema 3:

3.1 De onde vem o dinheiro do governo?

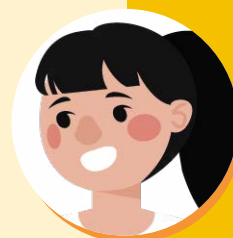
3.1.1 O que são tributos?

3.1.2 Quem paga? Por que pagamos?

3.1.3 Arrecadações: municipal / estadual / federal

3.2 Quem cuida do dinheiro público?

3.3 Como o dinheiro se transforma em política pública?



Introdução

Você já se perguntou de onde vem o dinheiro para custear a sua escola, incluindo a sua merenda escolar, os seus livros didáticos e os seus professores? Tudo isso é feito com o dinheiro de mulheres, homens, crianças e adolescentes, que o Estado arrecada por meio de diferentes tipos de tributos. Ou seja, contribuição de todos!

No entanto, não basta arrecadar o dinheiro: é necessário que esses recursos sejam bem geridos, planejados e utilizados para garantir direitos fundamentais como saúde, educação e assistência social. É na escola que você percebe, de forma prática, como o uso desse dinheiro deve ser feito, iniciando com a elaboração do Orçamento Escolar e contando com órgãos colegiados, como os conselhos que acompanham a merenda escolar e o Fundeb, por exemplo.

Este é o assunto principal deste tema: de onde vem esse dinheiro, quem o administra e como ele retorna para nós por meio de políticas públicas. Você verá que também pode ficar de olho, fazer perguntas e participar, para que os recursos sejam utilizados da melhor forma possível.



Atividade 1

Diagnóstica

Agora, pense sobre os conhecimentos que você já tem e também sobre novos conhecimentos que gostaria de aprender sobre esses assuntos.

O que eu sei sobre o tema...	O que eu quero saber...
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3.1 De onde vem o dinheiro do governo?

Minha escola é gratuita no meu país. O governo paga por ela. Com que dinheiro? E quem paga o governo?

Você já percebeu que pode estudar em escola pública sem pagar nada na matrícula ou na mensalidade? Mas existe alguém que paga essa conta: o governo. E de onde ele tira esse dinheiro? Do povo, como acabou de ler.

As pessoas pagam tributos (que incluem impostos, taxas e contribuições) e esses recursos são encaminhados ao tesouro público (banco destinado a esse fim). O governo então usa o dinheiro para criar escolas, hospitais, transporte e muitos outros serviços fundamentais para a vida das pessoas. Ou seja, é o dinheiro arrecadado pelos tributos que assegura os direitos sociais dos cidadãos de um país.

Em resumo, o dinheiro do governo vem de cada um de nós e volta para todos em forma de políticas públicas.

3.1.1 O que são tributos?

Os tributos são valores que pessoas e empresas precisam pagar ao governo para que ele possa efetivar políticas públicas. Eles funcionam como uma contribuição coletiva: cada um paga uma quantia, e o governo usa esse dinheiro para cuidar do país e oferecer serviços essenciais a todos. Os tributos se dividem em três tipos principais:

- **Impostos:** cobrados sobre o que se ganha (Renda), o que se possui (IPVA, IPTU) ou o que se consome (ICMS, que vem incluído no preço dos produtos). A arrecadação é livre, sem destinação específica;



- **Taxas:** cobradas em troca da utilização de um serviço público específico ou por licenças (Exemplos: taxas para iluminação pública, coleta de lixo ou emissão de documentos);



- **Contribuições:** valores pagos para financiar áreas específicas (exemplos: Previdência Social, para pagar aposentadorias).



Um chocolate ou brinquedo também possuem impostos embutidos, pois todos contribuimos de uma forma ou de outra. Esse dinheiro vai para o governo local, estadual ou federal, a depender da competência para arrecadar o tributo. Ele deve ser utilizado para melhorar os serviços públicos e assegurar nossos direitos ao cuidado, saúde e segurança. Portanto, é importante zelar pelo dinheiro público e fiscalizar sua aplicação.

Com a reforma tributária, aprovada em 2023, e com início da vigência em 2026, o Brasil vai mudar a forma como cobra impostos sobre o que compramos e usamos. A ideia da reforma é simplificar a quantidade de impostos, criando um sistema mais justo e fácil de entender. Portanto, vários impostos vão se juntar em dois únicos:

- CBS – Contribuição sobre Bens e Serviços (imposto federal).
- IBS – Imposto sobre Bens e Serviços (cobrado por estados e municípios).

Eles vão funcionar juntos, como um “IVA” (Imposto sobre Valor Agregado). Isso quer dizer que o imposto será cobrado apenas uma vez, de forma transparente, e o preço final mostrará quanto é o imposto.



Atividade 2

Ponto-chave — Para pensar...

Você consegue imaginar quantas coisas do seu dia a dia só existem porque os tributos são arrecadados? Você sabia que até quando compra um chocolate ou um brinquedo está pagando impostos?



3.1.2 Quem paga? Por que pagamos?

Todos os habitantes de uma cidade, estado ou país contribuem para que os serviços públicos funcionem. Isso é feito por meio de impostos — como imposto de renda, imposto sobre propriedade de terras ou propriedade privada, outros direitos de propriedade, taxas ou encargos. No entanto, não são apenas os adultos que fazem isso, pois mesmo ao comprar um chocolate no shopping, por exemplo, você paga um preço que inclui imposto. Portanto, todos fazemos parte disso.

Pagamos impostos para que o governo possa manter escolas, hospitais, estradas, transporte em geral (e caminhões de lixo), segurança, saneamento, iluminação pública e outras políticas públicas. Muitos desses serviços são realizados por agentes públicos, outros podem ser realizados por profissionais contratados, por empresas, concessionárias etc.



Atividade 3

Ponto-chave — Para pensar...

Você já imaginou como seria a sua cidade se ninguém pagasse impostos? Quais desses serviços públicos você acha mais importante para a sua vida hoje? Por quê?



3.1.3 Arrecadações: municipal / estadual / federal

A receita dos impostos é arrecadada por três níveis diferentes de Governo. A seguir apresentamos alguns impostos e as respectivas responsabilidades pelo recolhimento:

Municipal (Prefeitura):

Os principais impostos arrecadados são o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o Imposto Sobre Serviços (ISS) e a Taxa de Coleta de Lixo. Esse dinheiro vai para a manutenção de serviços como ruas, escolas municipais, saúde, transporte local etc.

Estadual:

Recolhe o Imposto sobre Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto para Proprietários de Veículos (IPVA). Os Estados mantêm escolas estaduais, hospitais regionais e estradas ou outros serviços que beneficiam mais de uma cidade.

Federal (União):

Responsável pelo recolhimento do Imposto de Renda e contribuição social para a Previdência Social. Esse dinheiro vai para universidades federais, programas sociais, estradas federais, segurança nacional, entre outros serviços para a população em todo o país.



Atividade 4

Ponto-chave — Para pensar...

Somos tributados para cuidar dos bens comuns. Devemos também, como cidadãos, ter o direito e o dever de cobrar que esse dinheiro seja bem utilizado.

Se todos pagam, como garantir que esse dinheiro seja usado com responsabilidade e não seja desperdiçado? Você já viu algum serviço público da sua cidade que mostra como o dinheiro dos impostos foi aplicado?



3.2 Quem cuida do dinheiro público?

O dinheiro público é como um grande cofre que pertence a todos. Ele precisa ser bem guardado e usado com cuidado para que não falte nada de importante, como escolas, hospitais, transporte e segurança. Para isso, existem instituições que arrecadam, controlam e fiscalizam esses recursos, como podemos ver na figura a seguir. Conheça alguns deles.

Agências de arrecadação de receitas

Agências de controle e fiscalização

Transparência e prestação de contas

Órgãos Arrecadadores - Esses órgãos são os responsáveis por receber o dinheiro dos tributos. Eles garantem que os recursos entrem no “cofre público” e sejam registrados adequadamente.

- **Receita Federal:** Responsável pela arrecadação dos tributos federais (como o Imposto de Renda e as contribuições sociais);
- **Secretarias de Fazenda Estaduais (SEFAZ):** Existem em todos os estados e são responsáveis pela arrecadação de tributos estaduais (como ICMS e IPVA);
- **Secretarias de Finanças Municipais (ou Tesouro Municipal):** São responsáveis pela arrecadação de tributos municipais (como IPTU e ISS).

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana

ISS – Imposto Sobre Serviços

Agências de Controle e fiscalização - O dinheiro precisa ser bem gasto. É neste momento que entram as agências de controle. Elas fiscalizam o uso dos recursos públicos para garantir que sejam aplicados de forma correta e eficiente.



Controladoria Geral da União (CGU): faz o controle interno dos gastos do governo federal;



Tribunal de Contas da União (TCU): fiscaliza o uso dos recursos públicos federais, contribuindo para a melhoria da gestão governamental;



Tribunais de Contas Estaduais (TCE): fiscaliza os recursos públicos utilizados no âmbito do estado e como eles estão sendo aplicados pela gestão estadual ou municipal em nome da melhoria da administração pública e da eficiência das políticas públicas;



Governança escolar e conselhos comunitários: fiscaliza o uso dos recursos públicos nas escolas ou áreas locais.

Transparência e prestação de contas

O governo tem a obrigação de mostrar para a sociedade como e onde o dinheiro está sendo aplicado. Isso é chamado de transparência. Hoje, a maioria dessas informações está disponível em portais na internet para acesso por parte de todos os cidadãos. Isso acontece graças a uma lei brasileira que estabelece que todo gestor público tem a obrigação de publicizar informações sobre a aplicação dos recursos públicos (Lei de Acesso à Informação - LAI, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011). Além disso, os gestores públicos são obrigados a fazer a prestação de contas, que funciona como um relatório detalhado, explicando como e por que cada verba foi utilizada.

Portanto, todos estão de olho no que acontece com nosso dinheiro, podendo fazer reclamações e sugerir melhorias nos serviços públicos, assim como o bom uso dos recursos arrecadados visando o bem comum.



Atividade 5

Ponto-chave — Para pensar...

Você já viu ou ouviu falar de algum site de transparência do governo? Por que será que é importante que qualquer pessoa possa acompanhar como o dinheiro público é usado? O que poderia acontecer se ninguém fiscalizasse os gastos públicos?



3.3 Como o dinheiro se transforma em política pública?

Cabe ao Estado, definir como os recursos arrecadados pelo pagamento de tributos serão usados para atender as demandas da sociedade. Ou seja, como será repartido o que foi arrecadado. Esse processo passa por três etapas principais: planejamento, orçamento público e execução.

Planejamento: o governo identifica as necessidades da população e define prioridades. Por exemplo, construir um posto de saúde, ampliar o número de vagas na escola ou reformar uma praça;

Orçamento Público: é o documento que mostra quanto dinheiro vai para cada área. É feito todo ano e aprovado pelos representantes eleitos (vereadores, deputados ou senadores);

Execução: é quando o plano sai do papel e o dinheiro é usado para realizar as ações.

Exemplos de Aplicação:

- **Saúde:** contratação de médicos, compra de remédios, construção e manutenção de hospitais e postos de saúde;
- **Educação:** construção e reforma de escolas, compra de material didático, pagamento de professores e merenda escolar;
- **Assistência Social:** programas de apoio a famílias, abrigo para crianças e adolescentes, atendimento a idosos e pessoas em situação de risco.

E como o recurso chega à escola?

Uma parte do dinheiro da educação vem de fundos específicos e outras fontes de contribuição, como do Salário-Educação, uma contribuição social, prevista no art. 212 da Constituição Federal, destinada a financiar programas, projetos e ações voltados à educação básica pública.

- **Fundeb** (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação): garante recursos para professores, escolas e melhorias na educação;
- **PNAE** (Programa Nacional de Alimentação Escolar): garante a merenda para todos os estudantes.

Para garantir que esses recursos sejam bem utilizados, existem conselhos de controle social, como:

- **Conselho do Fundeb**: acompanha a aplicação do dinheiro destinado à educação;
- **Conselho de Alimentação Escolar (CAE)**: fiscaliza a qualidade e o uso correto dos recursos para a merenda escolar.

Esses conselhos contam com a participação de professores, pais, estudantes e representantes da comunidade.





Atividade 6

Ponto-chave — Para pensar...

Você sabia que até os estudantes podem participar dos conselhos que acompanham a escola? Que melhorias você sugeriria para a sua escola se pudesse opinar no orçamento?

<input type="radio"/>	
<input type="radio"/>	
<input type="radio"/>	
<input type="radio"/>	
<input type="radio"/>	
<input type="radio"/>	
<input type="radio"/>	



Conclusão do Tema 3

Aprendemos que os impostos representam o dinheiro que o Estado arrecada para assegurar as políticas públicas que devem atender, de forma igualitária, a todos os cidadãos. Mas apenas arrecadar não é suficiente. Devemos ter muito cuidado com esse dinheiro, porque ele pertence a todos os cidadãos. É por isso que existem órgãos de controle, como a Receita Federal, os Tribunais de Contas, a Controladoria Geral da União, sem mencionar os conselhos escolares, onde pais, professores e estudantes também participam da supervisão.

Também aprendemos que esse dinheiro precisa ser aplicado onde é mais necessário, para assegurar o bom funcionamento das políticas públicas em nossa vida cotidiana — em uma escola reformada, um novo centro de saúde e uma praça limpa. E o mais importante, todos fazemos parte disso. Não basta esperar que o governo tome a iniciativa, mas devemos, como cidadãos, acompanhar, perguntar, exigir e participar, porque o dinheiro é público e, portanto, nosso.

Cuidar do que é público é proteger um bem coletivo. É quando todos fazem sua parte que todos se beneficiam. E é assim que podemos criar uma sociedade mais justa, decente e um mundo melhor para se viver.



Mão na Massa (Atividade final do Tema 3)

Infográfico

Vocês vão criar um infográfico coletivo mostrando o percurso do dinheiro público até a escola: Quem arrecada? Quem administra? Quem fiscaliza? Como tudo isso chega à comunidade escolar? A ideia é transformar o que aprendemos em uma imagem criativa e fácil de entender.

Etapas:

- A turma será dividida em grupos;
- Cada grupo fica responsável por uma etapa do caminho, como: arrecadação (impostos, taxas, contribuições), orçamento (planejamento de onde o dinheiro será usado), execução (quando o recurso é aplicado) e fiscalização (quem acompanha, controla e avalia);
- Vocês podem usar desenhos, setas, colagens, ícones, palavras-chave, legendas e cores. O objetivo é mostrar as informações de um jeito visual e fácil de entender.

Dicas para criar um bom infográfico

- Pensem no caminho como uma linha, ciclo ou mapa. Destaquem o que é mais importante com cores e símbolos. Conectem cada etapa com setas ou blocos. Usem poucas palavras — deixem a imagem explicar;
- Criar esse infográfico é um jeito de exercitar cidadania com criatividade — e perceber que a escola faz parte de um sistema maior, do qual você também é protagonista.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Controle e transparência pública**. Brasília: CGU, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu>. Acesso em: 9 ago. 2025.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**. Brasília: FNDE, 2024. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br>. Acesso em: 9 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica**. Brasília: MEC, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/fundeb>. Acesso em: 9 ago. 2025.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual Técnico de Orçamento – MTO**. Brasília: STN, 2023. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br>. Acesso em: 9 ago. 2025.

BRASIL. Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. **Impostos, taxas e contribuições**: como funciona a arrecadação no Brasil. Brasília: RFB, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal>. Acesso em: 9 ago. 2025.

INSTITUTO PLÁCIDO CASTELO (IPC). **Cidadania e controle social das contas públicas**: democracia, direitos e participação: 6º ao 9º ano do ensino fundamental. Fortaleza: IPC/TCE-CE, 2024. Disponível em: https://ipc.tce.ce.gov.br/images/edicoesipc/eletiva_fundamental.pdf. Acesso em: 1 abr. 2025.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (Brasil). **Fiscalização e controle do uso de recursos públicos**. Brasília: TCU, 2023. Disponível em: <https://www.tcu.gov.br>. Acesso em: 9 ago. 2025.

TEMA

4

Participação Cidadã e Democracia – Fazer parte faz a diferença



Objetivo do Tema 4:

Compreender o papel da participação cidadã no fortalecimento da democracia, reconhecendo que crianças e adolescentes também influenciam decisões em espaços coletivos, como a escola, a comunidade e os conselhos.

Competências e habilidades BNCC:

CG5 – Valorizar e exercer a cidadania.

CG6 – Agir com responsabilidade e protagonismo.

EF08HI08 – Discutir a democracia participativa e o papel do cidadão.

EF09HI01 – Analisar o funcionamento das instituições democráticas

Organização do Tema 4:

4.1. O orçamento da minha escola

4.1.1 O que é orçamento participativo?

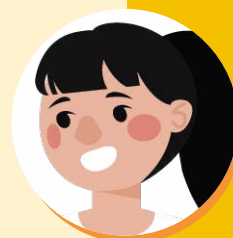
4.1.2 Como é o orçamento da escola?

4.1.3 Posso participar da conversa?

4.2. O que é democracia?

4.2.1 Democracia direta, representativa e participativa.

4.2.2 O papel das instituições e das pessoas.



Introdução

Você já percebeu como as decisões que afetam a sua vida são tomadas? Na escola, por exemplo, alguém precisa decidir como usar o dinheiro para comprar materiais, arrumar os espaços ou melhorar a merenda. Na cidade e no país acontece o mesmo: o governo precisa ouvir as pessoas e decidir junto com elas. Isso é participação cidadã.

Há muitas formas de participar. Contribuir com a sua opinião, sugerir ideias, votar, propor melhorias e acompanhar o que está sendo feito são formas de participar. É assim que a gente **fortalece a democracia**, que é o jeito de organizar a sociedade para que todos tenham voz e direitos respeitados.

E o mais importante: você também pode participar! Seja em assembleias escolares, grêmios estudantis, conselhos, reuniões comunitárias ou até em pequenos grupos de discussão, cada voz faz diferença. Com este tema, vamos aprender como a participação ajuda a transformar a escola, a comunidade e o país em lugares mais justos.



Atividade 1

Diagnóstica

Agora, pense sobre os conhecimentos que você já tem e também sobre novos conhecimentos que gostaria de aprender sobre esses assuntos.

O que eu sei sobre o tema...	O que eu quero saber...
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4.1 O orçamento da minha escola

Você já se perguntou como a escola decide onde gastar dinheiro? É como um orçamento familiar para pagar as contas, comprar comida e, se der, guardar um pouco para uma emergência – a escola precisa ter planos de como usará os recursos que recebe.

4.1.1 O que é orçamento participativo?

O Orçamento Participativo é quando a população ajuda o governo a decidir onde gastar o dinheiro público. É uma forma de garantir que todos saibam para onde os recursos vão e que a comunidade participe das escolhas importantes.

A forma ideal de gerir os recursos da escola é por meio de um orçamento participativo. Isso permite envolver órgãos representativos como o Conselho Escolar, o Grêmio Estudantil e outras representações comunitárias, para juntas, decidirem como os recursos financeiros existentes podem ser utilizados. Estamos falando sobre transparência do orçamento e participação comunitária. As ideias podem vir das vozes de todos os pais, professores, funcionários e estudantes (não apenas da administração da escola) em um processo para definir prioridades, dentro do que é possível.

Como exemplo: se a escola tiver que optar entre comprar novos computadores ou melhorar o campo de esportes, tal decisão deve ser tomada ouvindo todos aqueles que estudam e trabalham lá. A discussão sobre o que fazer é realizada em uma reunião do Conselho Escolar ou da APM (Associação de Pais e Mestres) e as prioridades são acordadas e registradas.



Atividade 2

Ponto-chave — Para pensar...

Se você pudesse votar em uma decisão do orçamento da sua escola, o que escolheria como prioridade? Por quê? Quais estudantes fazem parte do Conselho Escolar?

4.1.2 Como é o orçamento da escola?

A escola também possui recursos próprios, advindos de diferentes fontes, como programas federais (a exemplo do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola) e recursos do município ou do estado. Esse dinheiro pode ser utilizado para:

- Comprar materiais escolares;
- Melhorar a infraestrutura (telhado, pintura, carteiras, cadeiras);
- Adquirir itens como ventiladores e computadores;
- Organizar atividades culturais e esportivas para os estudantes.

Tudo isso tem o objetivo de tornar a escola um espaço melhor e mais confortável, que auxilie na aprendizagem de todos.



Atividade 3

Ponto-chave — Para pensar... ..

Quem você acha que deveria decidir como esse dinheiro é usado: só os professores e diretores, ou também os estudantes e pais? Como os estudantes poderiam ajudar a dar ideias para melhorar a escola com o dinheiro do orçamento?



4.1.3 Posso participar da conversa?

Sim, você pode! E pode porque existe um Estado Democrático de Direito no país, que garante a liberdade de expressão e manifestação. E esse princípio se aplica também à gestão da sua escola.

Gestão democrática é quando a escola é administrada de forma que todos possam participar das decisões e acompanhar o que acontece. A Constituição Federal do Brasil afirma que as escolas públicas devem possuir uma gestão democrática e participativa. Isso significa que não é só o diretor ou os professores que decidem tudo, mas estudantes, funcionários, pais e a comunidade também podem dar ideias e opiniões.

Na prática, isso pode acontecer em assembleias na escola, em conselhos que discutem a merenda ou o uso do dinheiro, ou até em votações para escolher projetos e atividades. É como um grande time: cada pessoa tem um papel, mas todos juntos ajudam a escola a ficar melhor para todo mundo.

 Quadro-resumo		
Exemplos de Gestão Democrática na Escola		
Espaço/Atividade	Como funciona	Exemplo prático
Assembleia Escolar	Reunião com estudantes, professores e gestores para conversar sobre problemas e ideias.	Decidir juntos se o recreio terá mais tempo de jogos ou atividades culturais.
Grêmio Estudantil	Grupo formado por estudantes eleitos para representar a turma.	Organizar um campeonato, sugerir melhorias na biblioteca ou falar com a direção sobre a merenda.
Conselho Escolar	Encontro de pais, professores, funcionários e estudantes para discutir as necessidades da escola.	Acompanhar como o dinheiro da escola está sendo usado ou sugerir reformas.
Eleição de Representantes de Turma	Os estudantes escolhem colegas para apresentar as ideias da turma em reuniões.	Votar em quem vai representar a sala em reuniões com professores.
Projetos Coletivos	Ações em que toda a comunidade escolar pode participar.	Mutirão para pintar a quadra, feira cultural ou campanha de arrecadação.

Em várias escolas brasileiras, estudantes já participam da decisão sobre como usar o dinheiro do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola). Alguns votam para comprar ventiladores para as salas de aula, outros preferem investir em computadores ou melhorar a quadra esportiva. Quando você participa, está ajudando a escola a ser mais justa, mais transparente e mais democrática.



Atividade 4

Ponto-chave — Para pensar...

De que forma você gostaria de participar das decisões da sua escola? Você já participou de alguma reunião, eleição ou pesquisa na escola? Como foi? O que você acha que mudaria se os estudantes fossem sempre ouvidos antes de grandes decisões?



4.2 O que é democracia?

A **democracia** é um sistema de governo que preza pelo princípio de participação. Em outras palavras, democracia é quando o **povo tem voz**. Isso quer dizer que as pessoas podem participar das decisões que afetam a vida de todos, podem escolher representantes pelo voto, dar opiniões e cobrar que o governo faça sua parte.

Na democracia, você tem o direito de se manifestar, ser ouvido, votar (a partir de 16 anos) e ainda acompanhar e fiscalizar o que está sendo feito. É por isso que a democracia é considerada a melhor forma de organização política para que as decisões sejam tomadas e conduzidas de acordo com o interesse da sociedade, ao invés de privilegiar alguns poucos indivíduos em detrimento da maioria.

O termo deve suas origens ao grego antigo: “**demos**” significa povo, e “**kratos**” poder. Em outras palavras, significa “**poder do povo**”.



Quadro – Princípios da Democracia na Constituição Federal

Princípio	O que significa	Exemplo prático
Soberania popular	O poder vem do povo. As pessoas escolhem seus representantes pelo voto. (Art. 1º, parágrafo único).	Eleições para prefeito, governador, presidente, deputados e vereadores.
Cidadania	Todos têm direitos e também deveres para viver em sociedade. (Art. 1º, II).	Direito à educação; dever de respeitar as leis.
Igualdade perante a lei	Ninguém pode ter privilégios injustos. Todos devem ser tratados de forma igual. (Art. 5º, caput).	Uma mesma regra vale para ricos e pobres, meninos e meninas.
Pluralismo político	Diferentes ideias e opiniões devem ser respeitadas. (Art. 1º, V).	Existência de vários partidos políticos e liberdade de expressão.
Participação popular	O povo participa além do voto, podendo opinar e propor mudanças. (Art. 14).	Conselhos escolares, manifestações pacíficas, abaixo-assinados.



Atividade 5

Ponto-chave — Para pensar...

Será que a democracia funciona bem se apenas algumas pessoas participarem? Há espaço para que todas as pessoas participem?

-
-
-

4.2.1 Democracia direta, representativa e participativa

Imagine as mais de 213 milhões de pessoas no Brasil participando e decidindo tudo, diretamente. Bem complicado, não é? É por isso que existem diferentes tipos de democracia. Sabia disso?

Democracia direta: É o modelo no qual as pessoas decidem tudo diretamente, votando em cada questão. Foi um sistema criado na Grécia Antiga, onde os cidadãos se reuniam na Ágora (a praça principal). A Ágora tinha grande importância, pois era o espaço onde a sociedade se reunia para conversar sobre os acontecimentos do dia, debater política, religião, filosofia e tratar de questões jurídicas. Contudo, naquela época, apenas homens livres e nascidos na cidade eram considerados cidadãos; mulheres, escravos e estrangeiros eram excluídos.

Democracia representativa: Neste modelo, os eleitores escolhem conselheiros, deputados ou prefeitos para tomar decisões, representando-os. Este é o modelo que é usado no maior número de lugares atualmente.

Democracia participativa: É um modelo que combina a democracia representativa com a participação ativa dos cidadãos. Ou seja, além de votar, as pessoas podem influenciar as decisões por meio de conselhos, audiências públicas e orçamentos participativos.



Atividade 6

Ponto-chave — Para pensar...

Você prefere votar em alguém para decidir no seu lugar ou participar diretamente das decisões? Por quê? Se pudesse escolher um exemplo de democracia para sua escola, qual funcionaria melhor: direta, representativa ou participativa?



4.2.2 O papel das instituições e das pessoas

Para que a democracia exista e se mantenha em funcionamento, é necessário que as instituições garantam que os princípios democráticos e as regras sejam cumpridas. Veja algumas dessas instituições do ponto de vista do sistema de governo.



Supremo Tribunal Federal (STF): garante que a Constituição seja cumprida;



Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais: onde deputados e vereadores discutem e aprovam leis;



Prefeituras e Governos Estaduais: cuidam das cidades e estados, organizando serviços como escolas, hospitais e transporte;



Ministério Público: defende os direitos da população;



TCU e TCE (Tribunais de Contas da União e Estaduais): fiscalizam como o dinheiro público é usado;



CGU (Controladoria-Geral da União): verifica se o governo está gastando corretamente;



Polícia Federal e Polícia Civil: garantem a segurança e investigam crimes;



Conselho Tutelar: protege os direitos das crianças e adolescentes.

Elas são responsáveis por manter a lei, garantir os direitos, defender a democracia e promover a participação cidadã.

Contudo, a democracia não depende apenas dessas instituições. Ela também depende das pessoas, ou seja, de cada um de nós. Quando participamos da vida escolar, da comunidade ou do país — dando opiniões, votando, respeitando as regras e exigindo nossos direitos — estamos ajudando a fortalecer a democracia.



Atividade 7

Ponto-chave — Para pensar...

Você lembra de alguma decisão, na sua escola ou na sua comunidade, que foi realizada levando em conta a opinião das crianças e adolescentes? Agora, imagine uma escola ou uma cidade na qual ninguém pudesse participar das decisões.



Conclusão do Tema 4

A democracia só existe quando as pessoas participam. Você viu que ela pode ser direta, representativa ou participativa, e que sempre depende tanto das instituições (como o STF, o Congresso, a Prefeitura, o Conselho Tutelar) quanto das pessoas, ou seja, de todos nós.

Na escola, isso aparece de forma muito clara: quando estudantes, professores, pais e gestores decidem juntos sobre o orçamento, quando existe um grêmio estudantil ou quando a comunidade é ouvida antes de tomar decisões importantes. Isso é a **gestão democrática em ação**.

O mais importante é lembrar que você também faz parte da democracia. Participar, dar ideias, sugerir melhorias e acompanhar as decisões é um jeito de fortalecer a cidadania e transformar a escola, a comunidade e o país em lugares mais justos.



Mão na Massa (Atividade final do Tema 4)

Assembleia estudantil

Um momento para a turma pensar junto, decidir junto e agir junto.

1. Antes de começar – Relembrando o que já aprendemos

Para entrar no clima da assembleia, você vai revisitar os materiais que a turma construiu nos temas anteriores:

- Painel do Tema 1: cidadania e convivência.
- Mapa do Tema 2: serviços públicos e políticas sociais.
- Infográfico do Tema 3: participação social e comunitária.

Essa retomada ajuda a perceber que melhorar a escola também é exercer cidadania.

2. Definindo o tema da assembleia

- Agora é hora de decidir, juntos, o que será discutido.
- A pergunta-guia é simples e poderosa: “como podemos melhorar a nossa escola?”.
- As ideias serão anotadas e agrupadas em temas como convivência, aprendizagem, infraestrutura ou meio ambiente.

3. Assembleia participativa – Momento de criar e decidir

- A turma se divide em grupos.
- Cada grupo cria uma proposta de melhoria para a escola.
- As ideias podem ser apresentadas oralmente ou com cartazes.
- Depois, todos participam de um debate: comentários, dúvidas e sugestões são bem-vindos!
- Ao final, a turma faz uma votação para escolher as propostas prioritárias.
- As decisões são registradas em uma Ata da Assembleia Escolar com data, participantes, propostas e resultados da votação.

4. Encerrando – O que vamos levar adiante

- A turma escolhe três propostas principais. Elas serão desenvolvidas no Tema 5 e poderão ser apresentadas ao grêmio estudantil, à coordenação ou ao conselho escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Manual de orientação para conselhos escolares**. Brasília: FNDE, 2023. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br>. Acesso em: 3 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE**. Brasília: MEC, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/pdde>. Acesso em: 3 ago. 2025.

BRASIL. Senado Federal. **O que é democracia?** Brasília: Senado Federal, 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br>. Acesso em: 3 jul. 2025.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Democracia e participação cidadã**. Brasília: TSE, 2024. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 4 ago. 2025.

INSTITUTO PLÁCIDO CASTELO (IPC). **Cidadania e controle social das contas públicas**: democracia, direitos e participação: 6º ao 9º ano do ensino fundamental. Fortaleza: Edições IPC, 2024. Disponível em: https://ipc.tce.ce.gov.br/images/edicoesipc/eletiva_fundamental.pdf. Acesso em: 1 abr. 2025.

INSTITUTO PÓLIS. **Orçamento participativo**: guia para comunidades. São Paulo: Instituto Pólis, 2022. Disponível em: <https://polis.org.br>. Acesso em: 1 ago. 2025.

MARK, Joshua J. **Ágora [Agora]**. Tradução de Jonas Tenfen. World History Encyclopedia, 21 maio 2021. Disponível em: <https://www.worldhistory.org/trans/pt/1-512/agora/>. Acesso em: 10 ago. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Democracia e governança**. Nova York: ONU, 2023. Disponível em: <https://www.un.org/pt>. Acesso em: 9 ago. 2025.

TEMA

5

Nós podemos melhorar a nossa escola? A escola que a gente quer

Objetivo do Tema 5:

Desenvolver atitudes de participação ativa na vida da escola, reconhecendo a importância do respeito, da escuta e da colaboração, por meio de ações práticas de cidadania que tornem o ambiente escolar mais acolhedor, democrático e participativo, valorizando o protagonismo de crianças e adolescentes.

Competências e habilidades BNCC:

CG6 – Agir com autonomia e responsabilidade.

CG10 – Participar de forma colaborativa e solidária.

EF08HI10 – Promover ações de intervenção no espaço escolar.

EF08ER03 – Desenvolver atitudes de empatia, escuta e cooperação.



Organização do Tema 5:

5.1 Participação cidadã na prática

5.1.1 Como você pode ter uma opinião e ser ouvido?



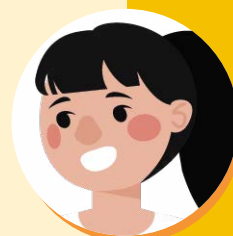
5.2 A escola como espaço coletivo

5.2.1 O que torna uma escola acolhedora e democrática?



5.3. A escola como espaço democrático

5.3.1 Como participar de forma responsável? Minha ideia pode virar ação?



Introdução

Você já se perguntou como seria a escola dos seus sonhos? Não seria ótimo se houvesse uma escola com mais cor, espaços sociais, muitas atividades interessantes e onde todos sentissem que estavam sendo respeitados?

A boa notícia é que esse tipo de mudança pode acontecer, desde que cada estudante participe e contribua. Quando a gestão da escola é democrática, cada indivíduo tem participação nas decisões e por isso sente-se responsável pelo sucesso de todos. Enquanto você ouve respeitosamente alguém falar, expresse suas próprias opiniões em sala de aula ou ajude com a tarefa em um grupo de projeto, isso é mais um sinal de que a escola, como um todo, e cada um de nós individualmente, é mais acolhedora, equitativa e dinâmica.

Neste tópico, aprenderemos como praticar a cidadania ativa dentro da escola, transformando ideias em ação. Afinal, quando as crianças e os jovens estão verdadeiramente envolvidos, a escola se torna o espaço que todos querem e merecem.



Atividade 1

Diagnóstica

Agora, pense sobre os conhecimentos que você já tem e também sobre novos conhecimentos que gostaria de aprender sobre esses assuntos.

O que eu sei sobre o tema...	O que eu quero saber...
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

5.1 Participação cidadã na prática

Apenas assistir às aulas é insuficiente para participar da vida escolar. É preciso também agir para melhorar o ambiente em que estudamos e interagimos. A participação cidadã é quando nossos pensamentos, sentimentos e ações ajudam a transformar a escola em algo mais justo em relação à cidadania, mais gentil, amável e democrático.

5.1.1 Como você pode ter uma opinião e ser ouvido?

Todo estudante tem o direito de dar a sua opinião. Mas para que ela seja realmente ouvida e respeitada, é importante seguir alguns passos:

- Identificar o momento apropriado para falar: reuniões, vigílias, conselhos estudantis ou conversas com professores e diretores são momentos em que o estudante pode se pronunciar a respeito dos temas que estão sendo discutidos;
- Pensar sobre o que deseja falar: você pode tentar colocar suas ideias para um pequeno grupo de colegas, para verificar se eles entendem claramente o que você deseja expressar. Outra estratégia é escrever antes de falar, e ler em voz alta;
- Ouvir com atenção e postura ativa: permitir que os outros falem, não interromper ao ouvir, procurar entender e fazer perguntas relacionadas ao tema;
- Procurar dar opiniões construtivas, que melhorarão a vida de todos, não apenas a sua.



O debate é um ótimo exercício para praticar tudo isso. Em vez de apenas esperar a sua vez de falar, é igualmente importante ouvir atentamente o que os outros dizem e construir uma solução juntos. Quando há participação de todos, é possível transformar ideias em projetos comunitários, tais como:

- Campanhas educativas sobre economia de água ou energia;
- Mutirões de limpeza e organização da escola;
- Ações solidárias, como arrecadação de alimentos, roupas ou brinquedos;
- Projetos esportivos e culturais com participação de estudantes, professores e famílias.

Quando trabalhamos em grupos, aprendemos que o respeito vai além de ouvir nossos colegas. O respeito se estende ao meio ambiente, a toda a comunidade escolar, todos os espaços da escola e ao patrimônio material e imaterial. Cooperação, diálogo e responsabilidade são instrumentos poderosos que nos permitem mudar nosso mundo real.



Atividade 2

Ponto-chave — Para pensar...

Você já deu alguma ideia na sua escola que virou uma ação? O que ajuda mais a convencer: falar muito ou falar com clareza e ouvir os outros?



5.2 A escola como espaço coletivo

Uma escola não se resume a um edifício de tijolos e argamassa. É um espaço público, de propriedade de toda a comunidade que a utiliza: estudantes, professores, funcionários e famílias. Isso significa que todos têm o dever de cuidar e respeitar esse patrimônio coletivo.

5.2.1 O que torna uma escola acolhedora e democrática?

Você já parou para pensar para que serve a escola e quem faz parte dela? A escola não existe apenas para ensinar disciplinas como Matemática, Português ou Ciências. Ela também é um espaço para:

- Conviver com pessoas diferentes e aprender a respeitar ideias variadas;
- Desenvolver habilidades importantes para a vida, como resolver problemas e trabalhar em equipe;
- Estimular a criatividade, a curiosidade e a vontade de aprender sempre mais.

Ela também é feita por todos que vivem o dia a dia dela. É o que se chama de Comunidade Escolar. E essa Comunidade deve acolher a escola e ser acolhida por ela. Uma escola é acolhedora quando todos se sentem bem-vindos, respeitados e protegidos. E ela é democrática quando todos têm voz e participação nas decisões. Isso acontece quando:

- Há respeito entre todos os membros;
- As regras são justas e explícitas para toda a comunidade;
- A opinião de estudantes, professores e famílias é ouvida em assembleias, reuniões ou conselhos escolares;
- As decisões são coletivas, e o direito de todos é garantido.

Quando todos cuidam da escola, estão cuidando do que é de todos. Assim, ela se transforma em um espaço vivo de aprendizado, diálogo e transformação coletiva.



Atividade 3

Ponto-chave — Para pensar...

Você se sente parte da sua escola? O que você acha que poderia tornar a sua escola mais acolhedora no dia a dia?



5.3 A escola como espaço democrático

Você já sabe que a escola não é apenas um lugar para aprender conteúdos, mas também um espaço de convivência, participação e cidadania. Quando todos — estudantes, professores, funcionários, gestores e famílias — podem dar sua opinião, sugerir mudanças e participar das decisões, a escola se torna verdadeiramente democrática.

Ser uma escola democrática significa:

- Ouvir a voz dos estudantes e valorizar suas ideias;
- Tomar decisões coletivas em assembleias, conselhos e reuniões;
- Respeitar as diferenças e garantir que todos tenham os mesmos direitos;
- Transformar ideias em ações, mostrando que a participação traz resultados reais.

5.3.1 Como participar de forma responsável? Minha ideia pode virar ação?

Participar de forma responsável significa não só dar ideias, mas também ajudar a colocá-las em prática. Quando a gente se envolve de verdade, as propostas deixam de ser apenas sonhos e viram mudanças reais na escola ou na comunidade.

Exemplo: se você propõe criar um clube do livro na escola, envolva-se na organização, motive os colegas a participarem e a colaborarem na escolha dos livros. Assim, a ideia que teve se transformará de um sonho em algo concreto.

acesso à
Informação

Cultura
democrática



Atividade 4

Ponto-chave — Para pensar...

Na sua escola, qual seria um bom tema para uma assembleia em que todos pudessem decidir juntos? Que ideia você teria para transformar a sua escola em um lugar melhor? Como apresentaria essa proposta de forma clara e responsável para que ela fosse levada a sério?



Conclusão do Tema 5

Tudo o que as escolas têm a oferecer é um direito de cada estudante, mas também um dever. Isso significa que você não pode apenas opinar sobre algo; deve considerar como sua ideia realmente tornará a escola melhor e beneficiará a todos. Para participar de forma responsável, você pode:

- Articular bem seus pensamentos e destacar os motivos pelos quais eles são importantes;
- Não ignorar as opiniões dos outros, mesmo que sejam opostas às suas;
- Respeitar a decisão da maioria, mesmo quando ela for diferente da sua opinião;
- Auxiliar na execução do que foi acordado com a equipe.

Quando você participa da maneira certa, ajuda a construir um ambiente escolar com mais justiça, democracia e empatia.



Atividade final do Tema 5

Planejando a Ação Coletiva

Chegou a hora de colocar em prática a ideia escolhida pela turma na assembleia! Nesta atividade, vocês vão revisar a proposta, definir um objetivo claro, montar um pequeno plano de ação e pensar nos materiais e recursos necessários para realizá-la. Tudo isso será feito com base no que aprendemos sobre participação cidadã, planejamento coletivo e uso responsável dos recursos públicos.

Etapas:

- Revisem a proposta escolhida na assembleia;
- Leiam juntos o que foi decidido e confirmem se todos ainda concordam com a ideia principal. Exemplo: “revitalizar o pátio da escola como espaço de convivência e cuidado coletivo”;
- Definam um objetivo específico. Perguntem-se: o que exatamente queremos alcançar? O que vamos transformar? Quem será beneficiado? Como saberemos que deu certo?
- Planejem o cronograma. Organizem as etapas e os prazos: o que fazer primeiro? Quando cada parte será realizada? Quem será responsável por cada ação?
- Façam o levantamento dos materiais necessários. Quais itens serão usados (tinta, cartaz, plantas, caixas, ferramentas, etc.)? O que já temos? O que podemos reaproveitar? O que poderia ser solicitado à direção, à comunidade ou à Secretaria de Educação?

Conectem com o que aprenderam no Tema 3. Lembrem que os recursos públicos devem ser usados com planejamento, transparência e responsabilidade. A escola é um espaço público — então cuidar dela é também exercer cidadania!

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual de orientação para conselhos escolares**. Brasília: MEC/FNDE, 2023. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br>. Acesso em: 9 ago. 2025.

INSTITUTO ALANA. **Guia de participação de crianças e adolescentes em conselhos, fóruns e conferências**. São Paulo: Instituto Alana, 2021. Disponível em: <https://alana.org.br>. Acesso em: 9 ago. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Aprendizagem para todos: escolas inclusivas e democráticas**. Paris: UNESCO, 2022. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org>. Acesso em: 9 ago. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) . **Educação para a cidadania global: preparando alunos para os desafios do século XXI**. Paris: UNESCO, [2015]. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org>. Acesso em: 9 ago. 2025.

PROJETO FINAL - Educação para o controle social: a escola como espaço de participação

Objetivo do projeto final

Promover a cidadania ativa, culminando na elaboração e execução de uma proposta concreta de melhoria na escola, planejada, votada e implementada pelos estudantes, como exercício de participação e controle social.

Após o percurso pelos cinco temas, os estudantes passam a compreender que a escola é um espaço público, sustentado por políticas e recursos coletivos, e que cuidar dela é exercer cidadania. Assim, a culminância do projeto busca transformar o aprendizado em ação concreta, articulando ética, colaboração e tomada de decisão coletiva.



Síntese Evolutiva das Atividades Mãos na Massa

Tema	Ação Principal	Produto Gerado	Contribuição ao Projeto Final
1	Diagnóstico dos Direitos e Deveres	Mural diagnóstico	Base para identificar necessidades reais
2	Rede de Direitos e Políticas	Mapa e caixas de sugestões	Amplia a escuta e o olhar sobre o território
3	Caminho do Dinheiro Público	Infográfico e reflexão ética	Mostra como os recursos chegam à escola
4	Assembleia Escolar Participativa	Ata e proposta eleita	Define a ação concreta da turma
5	Construindo a Proposta de Melhoria	Relatório e evento final	Culminância do projeto e entrega oficial

A proposta é definida a partir da **Assembleia Escolar Participativa (Tema 4)**, na qual os estudantes apresentam e votam nas ideias de melhoria geradas ao longo das etapas anteriores (diagnóstico de direitos, rede de proteção e recursos públicos). Vejam algumas sugestões:

Possível proposta	Descrição resumida
“Espaço de Convivência e Respeito”	Criação ou revitalização de um espaço coletivo na escola (pátio, cantinho de leitura) voltado ao convívio e ao cuidado com o patrimônio público.
“Mural da Cidadania e dos Direitos”	Produção artística permanente com mensagens sobre honestidade, cuidado, direitos e deveres.
“Conselho Mirim de Participação”	Criação de um grupo consultivo de estudantes para debater decisões da escola, como pequenos conselhos escolares.
“Campanha ‘Se é público, é de todos’”	Ações educativas de valorização e preservação dos bens públicos, conectando ética, meio ambiente e cidadania.

Serão quatro aulas para a execução dessas etapas, após a finalização da atividade **Mão na Massa**, do Tema 5.

Atividades Projeto Final

Desenvolvimento da ação

Execução prática: pintura, plantio, instalação, criação do mural ou implementação da campanha, conforme a proposta escolhida.

Envolvimento da comunidade escolar: professores, pais, funcionários e grêmio estudantil - quem pode fazer o quê?

Registro do processo: fotos, vídeos, depoimentos e anotações no caderno do estudante.

Comunicação e visibilidade

Divulgação interna: murais, rádios escolares, redes sociais.

Produção de cartazes explicativos sobre o papel dos estudantes no controle social e na gestão participativa.

Inclusão de dados da atividade no Portal ou Mural da Transparência da Escola, se houver.

Culminância

Evento final: “Mostra Cidadania em Ação”.

Exposição dos produtos dos cinco temas (painéis, mapas, infográficos, atas).

Apresentação da ação executada e de seus resultados.

Entrega simbólica e formal da proposta à direção e ao Conselho Escolar.

Roda de conversa final: “O que aprendemos com esse projeto sobre cuidar do que é público?”.

Este livro foi composto com as tipografias Arial e Arial Rounded, impresso em Policromia, papel Offset LD, gramatura 75, Alta Alvura, em maio de 2026. Produzido e impresso no Brasil.

Este material didático resulta de uma iniciativa pioneira entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE/CE) e o Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda, Finanças, Receitas ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz). A proposta é oferecer uma disciplina eletiva a estudantes do ensino fundamental da rede pública, fortalecendo a formação cidadã e ampliando a participação dos jovens como protagonistas na construção de uma sociedade democrática. Nesse contexto, a gestão pública é apresentada como um compromisso das lideranças políticas, orientado por princípios como ética, competência técnica, equidade e sustentabilidade.



Realização:

Apoio:

